



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Decreto-Lei n.º 498/72,

de 9 de dezembro

(atualizado até 1 de fevereiro de 2022)

Este documento diz respeito ao Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que aprovou o Estatuto da Aposentação, e contém as alterações feitas pelos seguintes diplomas:

- Rectificação ao Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro que promulga o Estatuto de Aposentação, Diário do Governo n.º 11/1973, Série I, de 13-01-1973;
- Decreto-Lei n.º 508/75, de 20 de setembro;
- Decreto-Lei n.º 341/77, de 19 de agosto;
- Decreto-Lei n.º 543/77, de 31 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 191-A/79, de 25 de junho;
- Decreto-Lei n.º 75/83, de 8 de fevereiro;
- Decreto-Lei n.º 101/83, de 18 de fevereiro;
- Decreto-Lei n.º 214/83, de 25 de maio;
- Decreto-Lei n.º 182/84, de 28 de maio;
- Decreto-Lei n.º 40-A/85, de 11 de fevereiro;
- Decreto-Lei n.º 198/85, de 25 de junho;
- Decreto-Lei n.º 20-A/86, de 13 de fevereiro;
- Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de maio;
- Lei n.º 30-C/92, de 28 de dezembro;
- Lei n.º 75/93, de 20 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 78/94, de 9 de março;
- Decreto-Lei n.º 180/94, de 29 de junho;
- Decreto-Lei n.º 223/95, de 8 de setembro;
- Decreto-Lei n.º 28/97, de 23 de janeiro;
- Decreto-Lei n.º 241/98, de 7 de agosto;
- Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro;
- Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 8/2003, de 18 de janeiro;
- Decreto-Lei n.º 108/2003, de 4 de junho;
- Lei n.º 1/2004, de 15 de janeiro;
- Decreto-Lei n.º 179/2005, de 2 de novembro;
- Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro;
- Lei n.º 52/2007, de 31 de agosto;
- Decreto-Lei n.º 309/2007, de 7 de setembro;
- Decreto-Lei n.º 377/2007, de 9 de novembro;
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Lei n.º 11/2008, de 20 de fevereiro;
- Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 238/2009, de 16 de setembro;
- Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril;

- Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de junho;
- Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março;
- Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro;
- Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 11/2014, de 6 de março;
- Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro;
- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 126-B/2017, de 6 de outubro;
- Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio;
- Decreto-Lei n.º 73/2018, de 17 de setembro;
- Decreto-Lei n.º 77/2018, de 12 de outubro;
- Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro;
- Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho;
- Decreto-Lei n.º 108/2019, de 13 de agosto;
- Lei n.º 2/2020, de 31 de março;

e regulamentado por estes diplomas:

- Despacho Normativo n.º 5/2006, de 30 de janeiro;
- Portaria n.º 159/2011, de 15 de abril.

e devem consultar os Acórdãos a seguir indicados, com força obrigatória geral:

- Acórdão n.º 72/2002 - Diário da República n.º 62/2002, Série I-A de 2002-03-14.
- Acórdão n.º 360/2003 - Diário da República n.º 232/2003, Série I-A de 2003-10-07.
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 134/2019 - Diário da República n.º 66/2019, Série I de 2019-04-03.

Para melhor compreensão da matéria, por favor consulte:

- Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro – Aposentação;
- Decreto-Lei n.º 286/93, de 20 de agosto – Aposentação;
- Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro – Aposentação;
- Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março – Enquadramento no regime geral da segurança social a partir de 1-01-2006;
- Lei n.º 52/2007, de 31 de agosto – Aposentação;
- Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio – Regime geral de segurança social – velhice e invalidez;
- Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro – art.º 7.º;
- Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento de Estado para 2013 – art.º 81.º;
- Lei n.º 11/2014, de 6 de março – artigos 4.º e 5.º - Exercício de funções públicas por aposentados e reformados do regime geral de segurança social;
- Decreto-Lei n.º 126-B/2017, de 6 de outubro – art.º 4.º - alteração do Estatuto da Aposentação;
- Decreto-Lei n.º 73/2018, de 17 de setembro – art.º 2.º - alteração do Estatuto da Aposentação;
- Decreto-Lei n.º 108/2019, de 13 de agosto – alteração do Estatuto da Aposentação;



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro

– Estatuto de Aposentação –

Entrada em Vigor: 1973-01-01, e é aplicável, sem prejuízo do disposto no artigo 43.º, aos processos pendentes. O regime de cumulação introduzido pelo artigo 173º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro aplica-se aos pedidos de autorização de exercício de funções públicas que sejam apresentados a partir da entrada em vigor do O.G.E. (01.01.2011), nos termos do artigo 174º da mesma lei.

NOTAS AOS DADOS GERAIS

1 - Nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei 238/2009 de 16 de Setembro, as pensões de aposentação voluntária que não dependa da verificação de incapacidade atribuídas com base na redação do artigo 43.º do Estatuto da Aposentação introduzida pela Lei n.º 52/2007, de 31 de Agosto, são oficiosamente recalculadas, no que respeita ao tempo de serviço, para integração do período de tempo decorrido entre a data da receção do pedido de aposentação pela Caixa Geral de Aposentações e a data do despacho (O disposto neste n.º, produz efeitos a 1 de Janeiro de 2008);

2 - O artigo 30.º da Lei do Orçamento aprovado pela Lei 3-B/2010 de 28 de Abril, determina que, a remuneração mensal a considerar no cálculo da parcela da pensão prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de Dezembro, na redação dada pela Lei n.º 52/2007, de 31 de Agosto, corresponde à remuneração mensal relevante nos termos do Estatuto da Aposentação, deduzida da percentagem da quota para efeitos de aposentação e de pensão de sobrevivência, com um limite máximo correspondente a 12 vezes o indexante dos apoios sociais (IAS), percebida até 31 de Dezembro de 2005 e revalorizada nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de Maio (aplica-se às aposentações voluntárias, nos termos do n.º 2 do art.º 30.º da supracitada lei);

3 - As alterações aos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo presente diploma, decorrentes do Decreto-Lei 137/2010, de 28 de dezembro, aplicam-se nos termos do seu artigo 8.º.

4 - O Decreto-Lei n.º 68/2011, de 14 de Junho, aprova uma norma interpretativa do art.º 6º do Dec. Lei 137/2010, de 28-Dez, que altera os art.ºs 78º e 79º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo presente diploma.

5 - Nos termos do art.º 202º da Lei 64-B/2011, de 30 de Dezembro, o regime de cumulação de funções públicas remuneradas previsto nos artigos 78º e 79º do Estatuto da Aposentação é aplicável aos beneficiários de pensões de reforma da segurança social e de pensões pagas por entidades gestoras de fundos de pensões ou planos de pensões de entidades públicas; o regime fixado no referido art.º 202.º tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, gerais ou especiais, em contrário;

6 - O regime de suspensão da pensão previsto no artigo 79.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo presente diploma, na redação dada pela Lei n.º 11/2014, de 6 de março, bem como o disposto no artigo 5.º da mesma lei, aplica-se às situações de exercício de funções constituídas ou renovadas a partir da entrada em vigor da referida lei (07.03.2014);

7 - O regime de exercício de funções públicas previsto nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo presente diploma, é aplicável aos beneficiários de pensões de reforma da segurança social e de pensões, de base ou complementares, pagas por quaisquer entidades públicas, nos termos do artigo 5.º da Lei 11/2014, de 6 de março;

8 - Nos termos do n.º 1 do art.º 7.º da Lei n.º 11/2014, de 6 de março, são revogadas, a partir de 07.03.2014, todas as normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da CGA, sem prejuízo da aplicação dos acréscimos previstos ao tempo de serviço prestado anteriormente à data de entrada em vigor da presente lei e do regime de bonificação aplicável aos militares das Forças Armadas, previsto em legislação especial;



Estatuto de Aposentação

9 - Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 11/2014, de 6 de março, o direito a prestações da CGA atribuídas com fundamento em incapacidade passa a depender da confirmação dessa incapacidade pela junta médica da CGA, aplicando-se este regime às situações previstas no n.º 3 do mesmo artigo;

10 - A portaria 378-G/2013 de 31 de dezembro, define a idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de segurança social em 2014 e em 2015, para 66 anos, bem como o fator de sustentabilidade aplicável ao montante estatutário das pensões de velhice do regime geral de segurança social e ao montante regulamentar das pensões de invalidez relativa e de invalidez absoluta atribuídas por um período igual ou inferior a 20 anos, convalidadas em pensão de velhice, atribuídas em 2014;

11 - A Lei 7-A/2016 de 30-mar (que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2016) estabelece que:

- Os aposentados, reformados e demais pensionistas da CGA, I. P., bem como o pessoal na reserva e o desligado do serviço a aguardar aposentação ou reforma, independentemente da data de passagem a essas situações e do valor da sua pensão, têm direito a receber mensalmente, no ano de 2016, a título de subsídio de Natal, um valor correspondente a 1/12 da pensão que lhes couber nesse mês (n.º 3 do art.º 20.º);

- As pensões de invalidez e as pensões de aposentação e de reforma atribuídas pela CGA, I. P., com fundamento em incapacidade, independentemente da data da inscrição do subscritor na Caixa, ficam sujeitas, em matéria de fator de sustentabilidade, ao regime que sucessivamente vigorar para as pensões de invalidez do sistema previdencial do regime geral de segurança social (n.º 1 do art.º 37.º); e

- O fator de sustentabilidade a aplicar aos pedidos de aposentação voluntária que não dependa de verificação de incapacidade que tenham sido recebidos pela CGA, I. P., até 31.12.2013 e venham a ser despachados depois desta data é o que vigorou em 2013, salvo se o regime aplicável em 2014 for mais favorável (n.º 2 do art.º 37.º);

12 - A Lei 114/2017 de 29-dez (Lei do orçamento geral do Estado para o ano de 2018) dispõe nos respetivos art.ºs 62.º a 64.º sobre o seguinte:

- O fator de sustentabilidade nas pensões de invalidez e as pensões de aposentação e de reforma atribuídas pela CGA, I. P., com fundamento em incapacidade, independentemente da data da inscrição do subscritor;

- A contagem de tempo relevante para a aposentação do período posterior à entrada em vigor da presente lei em que os subscritores da CGA, I. P., se encontrem na situação de redução ou suspensão do contrato de trabalho, por terem celebrado acordo de pré-reforma;

- A suspensão da passagem às situações de reserva, pré-aposentação ou disponibilidade dos militares da Guarda Nacional Republicana (GNR), de pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública (PSP), do SEF, da Polícia Judiciária, da Polícia Marítima e de outro pessoal militarizado e de pessoal do corpo da Guarda Prisional.

13 - A citada Lei 114/2017, nos termos do respetivo art.º 30.º, permite o exercício de funções públicas na qualidade de agentes da cooperação por aposentados ou reformados com experiência relevante em áreas que contribuam para a execução de projetos de cooperação;

14 - Nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 92.º do Dec. Lei 33/2018 de 15-mai (execução orçamental para o ano de 2018), para os efeitos previstos no art.º 78.º do Estatuto da Aposentação são permitidas a manutenção e a renovação dos contratos de avença para o exercício das funções referidas no n.º 3 daquele artigo 92.º (despesas com atos médicos praticados por peritos);

15 - A Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2019) prevê, nomeadamente, que:

- As pensões de invalidez e as pensões de aposentação e de reforma atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações, I. P., com fundamento em incapacidade, independentemente da data da inscrição do subscritor, ficam sujeitas ao regime que sucessivamente vigorar para as pensões de invalidez do sistema previdencial do regime geral de segurança social em matéria de fator de sustentabilidade (art.º 65.º);



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

- O período posterior à entrada em vigor da presente lei em que os subscritores da Caixa Geral de Aposentações, I. P., se encontrem na situação de redução ou suspensão do contrato de trabalho, por terem celebrado acordo de pré-reforma com as respetivas entidades empregadoras, não sendo titulares de contrato de trabalho em funções públicas, releva para a aposentação nos termos em que tal relevância é estabelecida no regime geral de segurança social (art.º 66.º);
- As passagens às situações de reserva, pré-aposentação ou disponibilidade, nos termos estatutariamente previstos, dos militares da GNR, de pessoal com funções policiais da PSP, do SEF, da Polícia Judiciária, da Polícia Marítima e de outro pessoal militarizado e de pessoal do corpo da Guarda Prisional, apenas podem ocorrer nas circunstâncias previstas no art.º 67.º.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Diploma

Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro

– Estatuto de Aposentação –

Promulga o Estatuto da Aposentação

1. A existência de numerosa e dispersa legislação sobre a aposentação do funcionalismo, publicada, a partir do Decreto n.º 16669, de 27 de Março de 1929, em diplomas de carácter geral ou de âmbito restrito a determinados serviços ou a certas categorias de pessoal, justificaria, só por si, a compilação, devidamente sistematizada, de todas as disposições em vigor. O estudo realizado para o efeito conduziu à actualização e aperfeiçoamento dessa legislação, ao preenchimento de lacunas e ao esclarecimento de dúvidas, muitas vezes com base em princípios latentes no direito anterior ou em soluções já adoptadas na prática administrativa.

O presente Estatuto da Aposentação não se limita, porém, a compilar, aperfeiçoar e sistematizar a lei vigente, pois remodela profundamente determinadas matérias, no prosseguimento da reforma administrativa. Referir-se-ão em seguida algumas dessas inovações.

2. Em primeiro lugar, alarga-se o âmbito da inscrição na Caixa Geral de Aposentações, a qual deixa de subordinar-se à exigência de o servidor ser remunerado por vencimento ou salário pago por força de verbas inscritas expressamente para pessoal nos orçamentos respectivos, passando a ser suficiente o recebimento de remuneração sujeita pelo Estatuto ao desconto de quota. Daqui resulta o alargamento da inscrição a numerosos contratados e assalariados que dela se encontravam até agora excluídos.

Também se confere, de maneira expressa, o direito de inscrição aos que, no regime de simples prestação de serviços, se encontrem a exercer funções com continuidade sob a forma de trabalho subordinado.

Faculta-se ainda a inscrição aos servidores que, embora com mais de 55 anos de idade, possam, mediante a contagem do tempo de serviço anteriormente prestado, perfazer o mínimo de quinze anos até atingirem o limite de idade estabelecido para o exercício do respectivo cargo.

Além disso - e esta inovação reveste extraordinária importância -, para a constituição do período de quinze anos é levado em linha de conta o tempo de inscrição em instituições de previdência social, pelo que o referido prazo mínimo de garantia pode formar-se com tempo de trabalho coberto pela previdência pública e pela particular.

Neste caso, as pensões respectivas continuam, todavia, a ser atribuídas em separado, uma vez que a diversidade dos regimes existentes nos dois sectores não permite instituir desde já a ambicionada unificação do sistema de reforma de todos os trabalhadores. Dá-se, apesar de tudo, com o presente diploma, decidido passo nesse sentido, quer pela intercomunicação das inscrições, quer, como se verá adiante, pela criação, em certos casos, da pensão mista, abrangendo tempo de beneficiário de instituição de previdência social por serviço prestado em organismos públicos.

3. Outro princípio geral do novo regime é o de que as quotas, ao contrário do que sucedia no regime vigente, passam a incidir apenas sobre remunerações susceptíveis de influir no cálculo da pensão de aposentação. Deixam, por isso, de ser objecto de desconto, por exemplo, os abonos provenientes de participações em multas, de horas extraordinárias, de gratificações por simples inerências, e bem assim de remunerações por acumulação, no que excedam a mais elevada das retribuições legais correspondentes aos cargos acumulados.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Também, de conformidade com o mesmo princípio, os servidores do Estado que, em regime de comissão ou requisição, desempenham funções em organismos corporativos ou instituições de previdência, e que, no âmbito das disposições em vigor, embora sejam aposentados com base no vencimento do cargo de origem, pagam quota pelo das funções efectivamente exercidas, passam, por força do novo Estatuto, a descontá-la apenas sobre a remuneração daquele cargo.

A contagem do tempo de serviço do funcionalismo ultramarino que, ingressando nos quadros da metrópole, se torna subscritor da Caixa Geral de Aposentações é admitida sem pagamento de quaisquer quotas à mesma Caixa, desde que tenha sido contado pelos competentes serviços do ultramar para a aposentação, numa equivalência interterritorial que se considerou indispensável firmar.

Faculta-se também, na sequência do disposto no Decreto-Lei n.º 49031, de 27 de Maio de 1969, a ampla contagem do tempo de serviço anteriormente prestado ao Estado e a outras entidades públicas, com expressa referência aos organismos de coordenação económica e à administração ultramarina, bem como ao serviço gratuito.

Os funcionários que anteriormente prestaram serviço em organismos públicos e pagaram quotas para as instituições de previdência social, como sucede com os que exerceram funções nos organismos de coordenação económica, têm direito à contagem desse tempo, podendo optar pelo pagamento das quotas respectivas, com a consequente constituição de uma única pensão a cargo da Caixa Geral de Aposentações, ou pela dispensa de tal pagamento, caso em que a pensão englobará duas parcelas, uma da responsabilidade da mesma Caixa e outra a cargo da respectiva instituição de previdência, em função do tempo de serviço prestado numa e noutra situação.

São abolidos os juros nas futuras liquidações de quotas pela contagem de tempo de serviço acrescido ao de subscritor e suaviza-se o pagamento em prestações das quotas e outras importâncias que, por se encontrarem em dívida na altura da aposentação, passam a ser descontadas na pensão, fixando-se o limite desse desconto em 15 por cento do montante mensal da mesma pensão, salvo se o interessado pretender suportar prestações mais elevadas.

4. Ao indicar-se, como fundamento da aposentação, o limite de idade, remete-se para o que está ou vier a ser fixado na lei geral ou nas disposições especiais relativas a determinadas categorias de pessoal.

Não seria, com efeito, o Estatuto da Aposentação o lugar mais próprio para fixar esse limite, dada a especificidade das situações a contemplar e a necessidade evidente de, em cada uma delas, ir ajustando as soluções adoptadas à evolução do condicionalismo que as determina.

Na aposentação extraordinária, incluída a pensão de invalidez de militares, prescinde-se, em qualquer caso, da exigência do mínimo de 15 por cento quanto ao grau de desvalorização sofrida, bem como do mínimo da prestação de dez anos de serviço no que respeita às doenças contraídas em serviço e por motivo dele. Permite-se ainda ao sinistrado, seja qual for o seu grau de incapacidade, que requeira a aposentação desde logo ou dentro do ano seguinte à cessação definitiva de funções.

Por outro lado, a eliminação da qualidade de subscritor, desde que não resulte de pena expulsiva, não exclui o direito de requerer, em qualquer altura, a aposentação ordinária, se e nos termos em que a pudesse pedir o interessado na data dessa eliminação.

5. Uma das inovações mais importantes do presente Estatuto, e que constitui corolário do princípio anteriormente enunciado sobre a base de incidência das quotas, respeita ao cálculo da pensão de aposentação, cujo regime será muito mais favorável para os servidores do Estado.



Estatuto de Aposentação

Assim, diversamente do que sucede na legislação actual, consideram-se, a partir de agora, no cálculo, da pensão, todas as remunerações de carácter permanente relativas ao cargo em que se verifica a aposentação e sujeitas a quota.

Deixa também de fazer-se o desconto de um nono que presentemente incidia, ao calcular-se a pensão sobre o montante do vencimento ou salário, quando o servidor se aposentava com menos de 37 anos de serviço.

Elimina-se, sempre que se trate de acesso, previsto na lei, a lugar superior da mesma hierarquia ou serviço, a exigência de certo número de anos de exercício do último cargo, para o efeito de a pensão poder calcular-se com base no vencimento desse mesmo cargo.

Nos demais casos, em paralelo com o regime do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, reduz-se, para idêntico efeito, de três para dois anos o período mínimo de exercício do último cargo. Os subscritores que, em regime de requisição ou de comissão, exercem funções nos organismos de coordenação económica e nos serviços ultramarinos passam a poder aposentar-se com base nas remunerações que neles auferem, desde que a permanência nuns ou noutros seja, pelo menos, de dois anos.

No que se refere à aposentação compulsiva, é uniformizada a redução que sofre a pensão, fixando-se, em todos os casos, esta última em 75 por cento do valor da pensão de aposentação normal correspondente.

Os acidentes em serviço são regulados, em paralelismo com a legislação dos acidentes de trabalho, como fonte de responsabilidade pelo risco e da correlativa indemnização, acrescendo esta, sob a forma de pensão, à devida pela aposentação ordinária. Dentro dessa linha de orientação se regula ainda a posição jurídica da Caixa no tocante à responsabilidade civil de terceiros pelo acidente.

No que respeita à actualização de pensões, tendo em vista a sua possível harmonização com o nível das remunerações estabelecidas para os servidores na efectividade, prescinde-se da promulgação de diploma legal fazendo-se tão-só depender de resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Finanças, a oportunidade e os termos da actualização a fazer.

O princípio da participação na responsabilidade pelos encargos com as pensões de aposentação do respectivo pessoal, que já hoje vigora em relação aos CTT, Cofre dos Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça, Caixa Geral de Depósitos e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, é tornado extensivo a várias entidades e serviços públicos expressamente indicados, bem como aos que vierem a ser designados em resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Finanças.

O mencionado regime aplica-se igualmente às províncias ultramarinas, pelo que o tempo de serviço do seu pessoal que passe a subscritor da Caixa Geral de Aposentações é contado por esta, se o tiver sido por aquelas, sem haver lugar, como já se referiu, a pagamento ou transferência de quotas, suportando a administração ultramarina o encargo da pensão proporcionalmente ao tempo de serviço que lhe tiver sido prestado.

Regime idêntico se observará na hipótese inversa de o subscritor passar para os quadros ultramarinos, caso em que suportará a Caixa, proporcionalmente ao tempo de serviço prestado na metrópole, a parte do encargo que lhe competir na pensão que vier a ser fixada pela administração ultramarina.

6. Continua a manter-se o princípio geral de que os aposentados não podem exercer funções remuneradas nos serviços do Estado, institutos públicos (incluindo os organismos de coordenação económica), províncias ultramarinas, autarquias locais e pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, relegando-se as excepções para os preceitos especiais da lei, mas esclarece-se que a proibição não abrange a mera prestação de serviços, quando esta se verifique em condições que excluam o direito de inscrição na Caixa.

Os aposentados que, de futuro, nos casos em que a lei o permita, passem a exercer funções públicas deixam de poder optar pela remuneração correspondente ao cargo exercido,



Estatuto de Aposentação

ficando a receber a totalidade da pensão de aposentação e um terço da referida remuneração, salvo se maior percentagem for fixada.

Outra inovação importante é a que confere aos familiares do aposentado, quando este faleça, o direito a um subsídio de montante igual a tantas pensões mensais quantos os meses de vencimento que a lei estabelece para o subsídio por morte dos servidores no activo.

7. Em matéria processual, admite-se a realização de novos exames médicos para verificação do agravamento do grau de incapacidade sofrida por motivo de acidente de trabalho ou tacto equiparado e cria-se um processo especial de justificação para suprir, quando for caso disso, a impossibilidade de se obter certidão ou informação comprovativas do tempo de serviço.

Regula-se ainda a revisão, rectificação, revogação, reforma e anulação das resoluções, em termos mais conformes com o regime geral do acto administrativo, e definem-se claramente as condições para a formação do indeferimento tácito do recurso gracioso.

8. O regime geral estabelecido no presente Estatuto aplica-se também à reforma de militares em tudo o que não for incompatível com as disposições especiais que no mesmo diploma se contém. Alguns desses preceitos especiais envolvem, de resto, alterações à legislação em vigor.

Assim, os limites máximos que se encontravam fixados para as gratificações de voo e imersão deixam de subsistir, na medida em que as mesmas gratificações passam a fazer parte das remunerações a considerar para efeitos de cálculo da pensão.

Reduz-se de cinco para dois anos o prazo mínimo de permanência dos militares em comissão civil, nos casos em que a pensão pode ter por base a remuneração do cargo exercido, e aplica-se o referido prazo aos cargos que a lei considera de comissão normal.

Os militares na situação de reserva que se encontrem em serviço pelo período mínimo de um ano beneficiarão agora, para cômputo da pensão de reforma, dos novos vencimentos entretanto fixados, independentemente do tempo de serviço prestado no domínio da vigência destes últimos.

Criam-se novos mínimos para base da pensão de reforma extraordinária, tendo em linha de conta a remuneração dos postos a que o militar ficou privado de ascender por motivo de acidente de serviço ou facto equiparado.

9. O presente Estatuto, embora se aplique aos processos pendentes, respeita os casos que se encontrem resolvidos, bem como os efeitos das liquidações, já fixadas, de quotas, juros e outros encargos que resultem de contagens de tempo.

Além da legislação expressamente revogada, opera-se, por força do Estatuto, a revogação tácita de numerosíssimos preceitos incluídos em mais de uma centena de diplomas legais.

10. Anote-se, por último, que a receita proveniente das quotas dos subscritores da Caixa Geral de Aposentações, por si só insuficiente para ocorrer aos encargos com as pensões, deverá continuar a ser completada com a contribuição do Estado, a qual já excede, presentemente, 400000 contos anuais.

E o montante dessa contribuição terá de ser, agora, reforçado de modo apreciável, para assegurar à Caixa o equilíbrio financeiro que as consideráveis melhorias introduzidas pelo presente Estatuto no regime da aposentação naturalmente comprometeriam.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Estatuto da Aposentação

Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro

(atualizado até à Lei n.º 2/2020, de 31 de março)

Parte I

Regime geral

Capítulo I

Inscrição

Artigo 1.º

Direito de inscrição

REVOGADO

[Ver todas as alterações](#)

- Revogado pelo Artigo 9.º da [Lei n.º 60/2005 - Diário da República n.º 249/2005, Série I-A de 2005-12-29](#), em vigor a partir de 2006-01-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 2.º

Manutenção de anterior direito

O disposto no artigo 1.º não prejudica o direito de inscrição atribuído por lei especial anterior ao exercício de quaisquer funções.

Artigo 3.º

Modo de inscrição

1. A inscrição efectua-se mediante boletim, em duplicado, de modelo aprovado oficialmente, que o respectivo serviço preencherá e enviará à Caixa logo que o interessado entre em exercício de funções.
2. Se o subscritor passar a exercer funções em outro organismo ou serviço, sem interromper a inscrição, este enviará desde logo à Caixa, em duplicado, boletim complementar, de modelo oficialmente aprovado, contendo os dados relativos à nova situação.

Artigo 4.º

Idade máxima e totalização de períodos contributivos

1. A idade máxima para a inscrição na Caixa será a que corresponda à possibilidade de o subscritor perfazer o mínimo de 5 anos de serviço até atingir o limite de idade fixado por lei para o exercício do respectivo cargo.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

2. Os períodos contributivos cumpridos no âmbito de outros regimes de proteção social, na parte em que não se sobreponham aos períodos contributivos cumpridos no regime de proteção social convergente, são considerados e relevam para os seguintes efeitos:

- a) Cumprimento do prazo de garantia;
- b) Condições de aposentação ou reforma;
- c) Determinação da taxa de bonificação;
- d) Apuramento da pensão mínima.

3. Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se outros regimes de proteção social, o regime geral de segurança social, os regimes especiais de segurança social, os regimes das caixas de reforma ou previdência ainda subsistentes, o regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário e os regimes de segurança social estrangeiros ou internacionais, desde que confirmem proteção nas eventualidades de invalidez e velhice.

4. Quando o cargo for exercido em regime de tempo parcial, será este considerado, só para efeitos de inscrição na Caixa, como tempo completo.

5. Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 2, a pensão apenas é elevada para o montante mínimo legalmente previsto quando o aposentado ou reformado não perceba pensão ou pensões de valor global igual ou superior à pensão mínima que seria devida com base exclusivamente no tempo de serviço da CGA, I. P.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 162.º do [Decreto-Lei n.º 84/2019 - Diário da República n.º 122/2019, Série I de 2019-06-28](#), em vigor a partir de 2019-06-29, produz efeitos a partir de 2019-01-01
- Alterado pelo Artigo 2.º do [Decreto-Lei n.º 126-B/2017 - Diário da República n.º 193/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-10-06](#), em vigor a partir de 2017-10-07, produz efeitos a partir de 2017-10-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 5.º

Quota para a aposentação

1. O subscritor contribuirá para a Caixa, em cada mês, com a quota de 6 por cento do total da remuneração que competir ao cargo exercido, em função do tempo de serviço prestado nesse mês.

2. Havendo acumulação de cargos, a quota sobre a remuneração referida no n.º 1 será devida em relação:

- a) Ao cargo a que competir remuneração mais elevada ou, se as remunerações forem de igual montante, ao que houver determinado primeiramente a inscrição na Caixa;
- b) A todos os cargos acumulados, quando a lei permita a aposentação com base neles, simultaneamente, ou quando se trate de tempo não sobreposto.

3. A importância da quota será arredondada para número exacto de escudos, por defeito, se a fracção for inferior a \$50, e por excesso, se igual ou superior.

Artigo 6.º

Incidência da quota

1. Para efeitos do presente diploma e salvo disposição especial em contrário, consideram-se remunerações os ordenados, salários, gratificações, emolumentos, o subsídio de férias,



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

o subsídio de Natal e outras retribuições, certas ou acidentais, fixas ou variáveis, correspondentes ao cargo ou cargos exercidos e não isentas de quota nos termos do n.º 2.

2. Estão isentos de quota os abonos provenientes de participações em multas, senhas de presença, prémios por sugestões, trabalho extraordinário, simples inerências e outros análogos, bem como todos os demais que, por força do presente diploma ou de lei especial, não possam igualmente influir, em qualquer medida, na pensão de aposentação.

3. Não constituem remuneração o abono de família, as ajudas de custo, os abonos ou subsídios de residência, de campo, de transportes, de viagens ou caminhos, para falhas, para despesas de representação, para vestuário e outros de natureza similar.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 8.º da [Lei n.º 30-C/92 - Diário da República n.º 298/1992, 1º Suplemento, Série I-A de 1992-12-28](#), em vigor a partir de 1993-01-02

Artigo 6.º - A

Contribuições

1. Todas as entidades, independentemente da respetiva natureza jurídica e do seu grau de autonomia, contribuem mensalmente para a CGA, I. P., com 23,75 % da remuneração sujeita a desconto de quota dos trabalhadores abrangidos pelo regime de proteção social convergente ao seu serviço.

2. O disposto no número anterior prevalece sobre quaisquer disposições legais, gerais ou especiais, em contrário, com exceção das seguintes: a) Para as entidades cujas responsabilidades com pensões foram transferidas para a CGA, I. P., uma contribuição de montante igual à existente no âmbito do regime geral da segurança social para as entidades empregadoras; b) Para as entidades com pessoal relativamente ao qual a CGA, I. P., seja responsável unicamente pelo encargo com pensões de sobrevivência, uma contribuição de 3,75 % da remuneração do respetivo pessoal sujeita a desconto de quota.

3. As contribuições mensais para a CGA, I. P., são-lhe obrigatoriamente entregues juntamente com as quotas para a aposentação e para a pensão de sobrevivência do pessoal a que respeitam.

4. As instituições de ensino superior e restantes entidades com autonomia administrativa e financeira podem, para efeitos do presente artigo, utilizar os saldos de gerência de anos anteriores, ficando, para esse efeito, dispensados do cumprimento do artigo 25.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto.

5. À taxa contributiva prevista no n.º 1 para os estabelecimentos de ensino superior privado e cooperativo e não superior particular e cooperativo cujo pessoal se encontra inscrito no regime geral da segurança social para outras eventualidades não cobertas pela Caixa Geral de Aposentações, I. P., é deduzida à suportada por aquelas entidades, como empregadores no âmbito do regime geral.

6. (Revogado.)

Nota

[Artigo 80.º, Decreto-Lei n.º 72-A/2010 - Diário da República n.º 117/2010, 1º Suplemento, Série I de 2010-06-18](#) Determinado que a alteração ao disposto no artigo 6.º-A do Estatuto da Aposentação, introduzida pelo artigo 29.º da Lei n.º 3-B/2010 de 28 abril, produza efeitos a 01 de janeiro de 2010.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 81.º da [Lei n.º 82-B/2014 - Diário da República n.º 252/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-12-31](#), em vigor a partir de 2015-01-01
- Alterado pelo Artigo 81.º da [Lei n.º 83-C/2013 - Diário da República n.º 253/2013, 1º Suplemento, Série I de 2013-12-31](#), em vigor a partir de 2014-01-01



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

- Alterado pelo Artigo 79.º da [Lei n.º 66-B/2012 - Diário da República n.º 252/2012, 1º Suplemento, Série I de 2012-12-31](#), em vigor a partir de 2013-01-01
- Alterado pelo Artigo 29.º da [Lei n.º 3-B/2010 - Diário da República n.º 82/2010, 1º Suplemento, Série I de 2010-04-28](#), em vigor a partir de 2010-04-29
- Aditado pelo Artigo 41.º da [Lei n.º 64-A/2008 - Diário da República n.º 252/2008, 1º Suplemento, Série I de 2008-12-31](#), em vigor a partir de 2009-01-01

Artigo 6.º - B

Base de incidência contributiva

1. As quotizações e contribuições para a Caixa incidem sobre a remuneração ilíquida do subscritor tal como definida no âmbito do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem.
2. A remuneração ilíquida referida no número anterior é a que corresponder ao cargo ou função exercidos ou, nas situações em que não haja prestação de serviço, a do cargo ou função pelo qual o subscritor estiver inscrito na Caixa.
3. O disposto nos números anteriores tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excepcionais, em contrário, com exceção das que estabelecem limites mínimos ou máximos à base de incidência contributiva.
4. Ficam excluídos do presente artigo os subscritores cujas pensões são fixadas com base em fórmula de cálculo diversa da prevista no artigo 5.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, alterada pelas Leis n.os 52/2007, de 31 de agosto, e 11/2008, de 20 de fevereiro, e os subscritores cujos direitos a pensão, garantidos através de fundos de pensões, foram transferidos para a Caixa Geral de Aposentações, aos quais continuam a aplicar-se as disposições dos artigos 6.º, 11.º e 48.º da referida lei.

Ver todas as alterações

- Aditado pelo Artigo 79.º da [Lei n.º 66-B/2012 - Diário da República n.º 252/2012, 1º Suplemento, Série I de 2012-12-31](#), em vigor a partir de 2013-01-01

Artigo 7.º

Relação contributiva

1. No dia 19 de cada mês, a Caixa disponibiliza na sua página electrónica, em área de acesso reservado, relativamente aos serviços que processem remunerações sujeitas a desconto de quota ou que contribuam para a Caixa, uma relação contributiva previsional, relativa aos descontos de quotas e às contribuições desse mês e a outros valores que se mostrem em dívida.
2. Compete aos serviços, até ao dia 6 do mês seguinte àquele em que a relação contributiva previsional tenha sido disponibilizada, introduzirem-lhe as alterações necessárias e confirmarem-na, através do código de utilizador previamente fornecido pela Caixa e de uma palavra passe.
3. A relação contributiva previsional converte-se em definitiva no dia em que tenha sido confirmada pelo serviço ou, na falta de intervenção deste, no último dia de que aquele disponha para o fazer.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 77.º do [Decreto-Lei n.º 32/2012 - Diário da República n.º 31/2012, Série I de 2012-02-13](#), em vigor a partir de 2012-02-14, produz efeitos a partir de 2012-01-01
- Alterado pelo Artigo 13.º do [Decreto-Lei n.º 309/2007 - Diário da República n.º 173/2007, Série I de 2007-09-07](#)



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 8/2003 - Diário da República n.º 15/2003, Série I-A de 2003-01-18](#), em vigor a partir de 2003-01-23

Artigo 8.º

Entrega de valores

1. Após validar as relações contributivas definitivas, a Caixa, até ao dia 7 de cada mês, disponibiliza na sua página eletrónica, em área de acesso reservado, as seguintes informações:

a) Valor global a entregar, discriminando a parte relativa a quotas, contribuição e importâncias de outra natureza;

b) Modalidades de pagamento, a definir pelo conselho directivo da Caixa.

2. Em função do canal de pagamento escolhido por cada entidade, é disponibilizada a referência identificativa da entrega a efectuar.

3. Com base nos elementos referidos nos números anteriores, os serviços e entidades entregam à Caixa, directamente ou através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, o valor correspondente à relação contributiva definitiva até ao dia 15 do mês em que aquela seja emitida.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 77.º do [Decreto-Lei n.º 32/2012 - Diário da República n.º 31/2012, Série I de 2012-02-13](#), em vigor a partir de 2012-02-14, produz efeitos a partir de 2012-01-01
- Alterado pelo Artigo 13.º do [Decreto-Lei n.º 309/2007 - Diário da República n.º 173/2007, Série I de 2007-09-07](#), em vigor a partir de 2007-09-08
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 8/2003 - Diário da República n.º 15/2003, Série I-A de 2003-01-18](#), em vigor a partir de 2003-01-23

Artigo 9.º

Funcionamento

1. A Caixa disponibiliza a todos os serviços e entidades o apoio adequado e necessário ao funcionamento do sistema de relação contributiva desmaterializada e põe em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os respectivos dados contra a destruição, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.

2. A relação contributiva electrónica definitiva é equiparada, para todos os efeitos legais, à relação de descontos em suporte de papel apresentada pelo serviço ou entidade a que diga respeito.

3. (Revogado.)

4. (Revogado.)

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 13.º do [Decreto-Lei n.º 309/2007 - Diário da República n.º 173/2007, Série I de 2007-09-07](#)
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 8/2003 - Diário da República n.º 15/2003, Série I-A de 2003-01-18](#), em vigor a partir de 2003-01-23



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Artigo 10.º

Pagamento directo da quota

Os subscritores legalmente destacados para o exercício de funções a que não corresponda remuneração ou em que esta não esteja sujeita a desconto de quotas serão admitidos a fazer o pagamento delas directamente à Caixa, com base na remuneração do cargo pelo qual estão inscritos, ou a regularizar esse pagamento nos termos do n.º 1 do artigo 13.º

Artigo 11.º

Comissão e serviço militar

1. O subscritor que, a título temporário e com prejuízo do exercício do seu cargo, passe a prestar serviço militar ou a exercer, em regime de comissão de serviço ou requisição previsto na lei, funções remuneradas das por qualquer das entidades referidas no artigo 1.º e que relevem para o direito à aposentação, descontará quota sobre a remuneração correspondente à nova situação.

2. Salvo o caso de serviço militar, o montante da quota não poderá ser inferior ao que seria devido pelo exercício, durante o mesmo tempo, do cargo pelo qual o subscritor estiver inscrito na Caixa.

3. Quando o subscritor preste serviço, nos termos do n.º 1, a entidades diversas das que no mesmo número se referem ou exerça funções que não relevem para o direito à aposentação, a quota continuará a incidir sobre as remunerações correspondentes ao cargo pelo qual estiver inscrito na Caixa.

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 8.º da [Lei n.º 30-C/92 - Diário da República n.º 298/1992, 1º Suplemento, Série I-A de 1992-12-28](#), em vigor a partir de 1993-01-02

Artigo 12.º

Comissão no ultramar

As quotas descontadas ao subscritor que desempenhe funções na administração ultramarina, nos termos do n.º 1 do artigo precedente, ficarão retidas nos cofres desta última para os fins previstos nos artigos 19.º e 63.º

Artigo 13.º

Regularização e pagamento de quotas

1. A regularização de quotas em dívida por tempo de serviço a que já correspondesse o direito de aposentação à data em que foi prestado efectuar-se-á com base na remuneração e na quota praticadas nessa época, com o acréscimo de juros à taxa de 4 por cento ao ano, se a falta de oportuna inscrição for imputável ao subscritor.

2. Na mesma base serão liquidadas as quotas correspondentes a percentagens legais de aumento do tempo de serviço prestado nas condições do número anterior.

3. Nos demais casos de contagem de tempo, as quotas que não hajam sido pagas ou que tenham sido restituídas pela Caixa serão liquidadas, sem juros, com base na remuneração do cargo do subscritor à data da entrada do seu requerimento e na taxa então vigente.

4. Para efeitos de reforma e de pensão de sobrevivência, os trabalhadores bancários no activo poderão requerer a contagem de todo o tempo de serviço militar obrigatório, aplicando-se, para efeito de liquidação da correspondente dívida de quotas, a taxa de 2% sobre a remuneração auferida à data do requerimento, quando esse tempo não confira direitos em matéria de aposentação e sobrevivência no âmbito da Caixa.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

5. A Caixa poderá, por si ou a pedido das instituições de crédito onde os trabalhadores exercem a sua actividade profissional, transferir os referidos descontos para o fundo de pensões dos bancários, cobrando, a título de compensação pela prestação de serviços, a importância de 10% do montante a transferir, com o limite máximo de 5000\$00.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo único do [Decreto-Lei n.º 28/97 - Diário da República n.º 19/1997, Série I-A de 1997-01-23](#), em vigor a partir de 1997-01-28
- Alterado pelo Artigo 7.º da [Lei n.º 75/93 - Diário da República n.º 295/1993, 1º Suplemento, Série I-A de 1993-12-20](#)
- Alterado pelo Artigo 8.º da [Lei n.º 30-C/92 - Diário da República n.º 298/1992, 1º Suplemento, Série I-A de 1992-12-28](#), em vigor a partir de 1993-01-02
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 14.º

Isenção de quotas por tempo contado para a aposentação ultramarina

Não são devidas quotas à Caixa relativamente ao tempo de serviço anteriormente prestado pelo subscritor à administração ultramarina e por esta contado para efeitos de aposentação.

Artigo 15.º

Dispensa de quotas por tempo de contribuição para a Previdência

1. O subscritor poderá pedir a dispensa do pagamento de quotas pela contagem de tempo de serviço prestado aos organismos de coordenação económica ou a outras entidades referidas no artigo 1.º, desde que tenham sido pagas as contribuições para reforma, devidas por esse período, à respectiva instituição de previdência social.

2. O pedido formulado nos termos do número anterior implica opção pelo regime previsto no n.º 3 do artigo 53.º e no n.º 4 do artigo 63.º e o seu deferimento será desde logo comunicado à instituição de previdência para oportuno cumprimento do que nesses preceitos se dispõe.

Artigo 16.º

Pagamento de quotas em dívida

1. O pagamento previsto no artigo 13.º poderá ser feito por uma só vez ou em prestações mensais, sem acréscimos de novos juros, por meio de descontos em folha até ao máximo de 60 prestações, sendo de € 50 o mínimo de cada prestação.

2. Se o pagamento referido no número anterior implicar o desconto, em cada mês, de importância superior à da quota do subscritor, é permitido um número maior de prestações, desde que estas sejam, pelo menos, de montante igual ao da mesma quota.

3. Na falta de declaração em contrário, feita dentro do prazo de trinta dias, a contar da expedição pela Caixa do aviso de liquidação, entende-se que o interessado optou pelo pagamento em prestações e pelo número máximo destas.

4. Se o interessado estiver em situação em que não receba remuneração ou não sofra desconto de quota, fará o pagamento directamente à Caixa, nas condições que esta fixar para execução do estabelecido nos números anteriores.

5. A Caixa, no caso de não cumprimento do disposto no n.º 4, notificará o interessado, por carta registada com aviso de recepção, para, no prazo de trinta dias, efectuar o pagamento, sob pena de ficar sem efeito a contagem do tempo de serviço que exceda o correspondente



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

às importâncias já satisfeitas e de a mesma só poder ser objecto de novo requerimento mediante liquidação imediata do total devido.

6. O montante da prestação mínima referida no n.º 1 poderá ser alterado por despacho do Ministro das Finanças e do Plano.

Ver todas as alterações

- Alterado pela [Lei n.º 82-B/2014 - Diário da República n.º 252/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-12-31](#).
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 198/85 - Diário da República n.º 143/1985, Série I de 1985-06-25](#), em vigor a partir de 1985-06-30.

Artigo 17.º

Custas ou despesas a liquidar com a quota

Ao desconto de quotas ou ao seu pagamento directo acrescerá, nos termos fixados pela Caixa, o das quantias em dívida por custas ou despesas a cargo do subscritor.

Artigo 18.º

Desconto de encargos na pensão

1. O subscritor desligado do serviço para efeitos de aposentação e que tenha importâncias em dívida, nos termos do artigo anterior ou por tempo de serviço que influa na respectiva pensão, fica sujeito ao correspondente desconto na primeira pensão que lhe for abonada ou também nas pensões seguintes até perfazer o total devido.

2. Salvo pedido de maior desconto, este não poderá exceder 6,5% da importância de cada pensão.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 198/85 - Diário da República n.º 143/1985, Série I de 1985-06-25](#), em vigor a partir de 1985-06-30
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 19.º

Parte devida a outras entidades

As quotas e indemnizações relativas a tempo de serviço prestado às autarquias locais e demais entidades responsáveis, nos termos do artigo 63.º pela aposentação pertencem às mesmas entidades, sendo as que a Caixa arrecadar levadas em conta na atribuição dos encargos respectivos, incluindo os mencionados no n.º 7 do artigo 63.º

Ver todas as alterações

- Rectificado pela [Rectificação - Diário do Governo n.º 11/1973, Série I de 1973-01-13](#), em vigor a partir de 1973-01-01



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Artigo 20.º

Extinção da responsabilidade

A responsabilidade pelas importâncias referidas no artigo 18.º e pelas indemnizações previstas no n.º 3 do artigo 57.º, que se encontrem em dívida à Caixa, cessa com a definitiva eliminação do subscritor ou com a extinção da situação de aposentado.

Artigo 21.º

Restituição e retenção

1. Só as quantias indevidamente cobradas serão restituídas pela Caixa, acrescendo-lhes juros à taxa de 4 por cento ao ano, desde a data do requerimento do interessado ou daquela em que a Caixa teve conhecimento da irregularidade da cobrança.
2. As quantias inferiores a 10\$00 não são restituíveis ao subscritor, nem exigíveis deste quando a sua falta venha a verificar-se no processo de aposentação.
3. O direito à restituição prescreve no prazo de três anos, a contar da data em que o interessado teve conhecimento dele.
4. O direito ao levantamento das importâncias cuja restituição foi autorizada prescreve no prazo de um ano, a contar da comunicação do despacho respectivo.
5. As quotas pagas por subscritores cuja aposentação venha a efectivar-se pela administração ultramarina ficam retidas, para os fins previstos no artigo 19.º e no n.º 7 do artigo 63.º, em poder da Caixa ou dos serviços que as arrecadaram.

[Ver todas as alterações](#)

- Rectificado pela [Rectificação - Diário do Governo n.º 11/1973, Série I de 1973-01-13](#), em vigor a partir de 1973-01-01

Artigo 22.º

Eliminação do subscritor

1. Será eliminado o subscritor que, a título definitivo, cesse o exercício do seu cargo, salvo se for investido noutra a que corresponda igualmente direito de inscrição.
2. O antigo subscritor será de novo inscrito se for readmitido em quaisquer funções públicas previstas nos artigos 1.º e 2.º e satisfizer ao disposto no artigo 4.º

[Ver todas as alterações](#)

- Rectificado pela [Rectificação - Diário do Governo n.º 11/1973, Série I de 1973-01-13](#), em vigor a partir de 1973-01-01

Artigo 23.º

Cadastro do subscritor

1. A Caixa manterá actualizado o cadastro de cada subscritor, dele fazendo constar as situações funcionais do interessado, a sua posição relativamente ao pagamento de quotas e o grau de desvalorização por acidentes de serviço ou factos equiparados.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

2. Às resoluções proferidas no processo de cadastro é aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 34.º, mas, se determinarem a não restituição de quotas ou a negação ou extinção da qualidade de subscritor, ficam sujeitas ao regime estabelecido na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 101.º e no artigo 102.º

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 162.º do [Decreto-Lei n.º 84/2019 - Diário da República n.º 122/2019, Série I de 2019-06-28](#), em vigor a partir de 2019-06-29, produz efeitos a partir de 2019-01-01

Capítulo II

Tempo de serviço

Artigo 24.º

Tempo do subscritor

1. É contado oficiosamente para a aposentação todo o tempo de serviço prestado por subscritor da Caixa em qualquer das situações a que corresponda direito de inscrição.
2. Os contribuintes de outras entidades ou organismos cuja aposentação tenha passado a competir à Caixa são equiparados a subscritores desta para os efeitos do n.º 1.
3. Considera-se como prestado pelo subscritor no seu quadro de origem o serviço desempenhado em regime de comissão ou requisição previsto na lei, bem como o prestado nos quadros de organismos internacionais, nos termos de lei especial.

Artigo 25.º

Tempo acrescido

É contado para efeitos de aposentação, por acréscimo ao tempo de subscritor:

- a) O tempo de serviço que confira direito de aposentação pela administração ultramarina ou por esta contado para tal efeito;
- b) O tempo de serviço prestado, em condições diversas das previstas no n.º 1 do artigo 1.º, e ainda que sem remuneração, às entidades abrangidas pelo disposto no mesmo número e, bem assim, o prestado, em qualquer situação, a organismos de coordenação económica;
- c) A percentagem de aumento de tempo de serviço especialmente fixada por lei para funções que o subscritor exerça ou haja exercido, ou a mais elevada das percentagens que concorram, salvo se a lei expressamente permitir a sua acumulação;
- d) O tempo de serviço, anterior à vigência do presente Estatuto, prestado no domínio de lei que o mandava contar para a aposentação.

Artigo 25.º - A

Contagem do tempo de serviço militar obrigatório

1. O tempo de serviço militar obrigatório e as correspondentes bonificações dos subscritores da Caixa Geral de Aposentações, I. P., apurados em processo de contagem prévia de tempo de serviço ou no âmbito da instrução de processo de atribuição de pensão de aposentação ou reforma ou de pensão de sobrevivência cujo despacho seja proferido a partir de 1 de janeiro de 2018 são contados sem encargos para o subscritor.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

2. O disposto no número anterior não é aplicável às situações de passagem à aposentação ou reforma com efeitos reportados a data anterior a 1 de janeiro de 2018, nem ao tempo de serviço militar e correspondentes bonificações que tenha sido objeto de despacho de contagem anterior àquela data, independentemente da situação da dívida de quotas nele fixada.

3. As bonificações abrangidas pelo disposto no n.º 1 são apenas as relacionadas com as condições especiais da prestação do serviço militar obrigatório, com exclusão de quaisquer outras, nomeadamente das atribuídas por estatuto profissional do subscritor.

4. O tempo contado nos termos do presente artigo não releva para apuramento da remuneração de referência a considerar no cálculo da pensão dos subscritores inscritos na CGA a partir de 1 de setembro de 1993 a que seja aplicável o regime de cálculo da segurança social.

5. A contagem do serviço militar obrigatório e das correspondentes bonificações de antigos combatentes continua a regular-se pela legislação que lhes é especificamente aplicável.

Ver todas as alterações

- Aditado pelo Artigo 172.º do [Decreto-Lei n.º 33/2018 - Diário da República n.º 93/2018, Série I de 2018-05-15](#), em vigor a partir de 2018-05-16

Artigo 26.º

Tempo sem serviço e tempo parcial

1. Contar-se-á por inteiro, para eleitos de aposentação, nos termos dos artigos anteriores, ainda que, no todo ou em parte, não corresponda a efectiva prestação de serviço:

a) O tempo em razão do qual é atribuída remuneração, total ou parcial, ou subsídio de tratamento, ou é autorizada, em consequência de decisão administrativa ou judicial, reparação de qualquer montante;

b) O tempo decorrido em situação que a lei equipare à de exercício do cargo ou mande contar para a aposentação.

2. No caso de exercício de cargo em regime de tempo parcial, será este convertido em tempo completo através da soma das respectivas fracções.

Artigo 27.º

Tempo não contável

Não será contado o tempo que a lei especialmente declare não se considerar como tempo de serviço para efeito algum ou para o de aposentação.

Artigo 28.º

Pagamento de quotas como condição de contagem de tempo

1. Será contado apenas o tempo de serviço em relação ao qual tenham sido ou venham a ser pagas as quotas correspondentes, sem prejuízo do disposto nos artigos 14.º e 15.º e no n.º 2 do artigo 141.º 2. O pagamento de quotas não confere, por si só, o direito à contagem do respectivo período de tempo.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Artigo 29.º

Pedido de contagem

1. A contagem do tempo acrescido, pelo qual não se mostrem pagas as correspondentes quotas, depende de requerimento do subscritor.
2. O requerimento implica o pedido de pagamento das quotas e será acompanhado da documentação necessária à contagem, aplicando-se à prova complementar o disposto no n.º 3 do artigo 86.º
3. A junção de prova de tempo de serviço considerar-se-á como requerimento da respectiva contagem.

Artigo 30.º

Restrição da contagem

O pedido a que se refere o artigo anterior entende-se limitado ao tempo de serviço necessário para perfazer, no momento, o máximo relevante para a aposentação e pode o requerente restringi-lo a uma parcela determinada ou à que venha a julgar-se suficiente para preencher o tempo mínimo para a mesma aposentação.

Artigo 31.º

Acumulação de cargos

O tempo de serviço prestado simultaneamente em dois ou mais cargos ou situações não é contado cumulativamente, sem prejuízo da contagem de fracções não sobrepostas de tempo parcial.

Artigo 32.º

Manutenção do direito à contagem

1. O tempo que os subscritores da CGA, I. P., se encontrem na situação de redução ou suspensão do contrato de trabalho, por terem celebrado acordo de pré-reforma com as respetivas entidades empregadoras, não sendo titulares de contrato de trabalho em funções públicas, releva para a aposentação nos termos em que tal relevância é estabelecida no regime geral de segurança social.
2. A contagem do tempo referido no número anterior pressupõe que, enquanto durar a situação nele prevista, o subscritor e a entidade empregadora mantenham o pagamento de contribuições à CGA, I. P., calculadas à taxa normal com base no valor atualizado da remuneração relevante para aposentação que serviu de base ao cálculo da prestação de pré-reforma.
3. A relevância para aposentação de período anterior à data em que o subscritor completa 55 anos de idade está limitada aos casos em que a responsabilidade pelo encargo com a parcela da pensão relativa a esse período não pertence à CGA, I. P..
4. A cessação definitiva de funções, mesmo que imposta com fundamento em infracção penal ou disciplinar, não determina a perda do direito à contagem do tempo de serviço anterior.
5. A amnistia e a anulação ou revogação de pena expulsiva, em consequência de recurso ou revisão, implicam a contagem do tempo de serviço anterior à execução da pena, bem como do tempo posterior relativamente ao qual seja reconhecido o direito à reparação de remunerações.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 162.º do [Decreto-Lei n.º 84/2019 - Diário da República n.º 122/2019, Série I de 2019-06-28](#), em vigor a partir de 2019-06-29, produz efeitos a partir de 2019-01-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 33.º

(Limites da contagem)

1. Na contagem final do tempo de serviço para a aposentação considerar-se-ão apenas os anos e os meses completos de serviço.
2. Para os efeitos do n.º 1 contar-se-á o tempo decorrido até à data em que se verificar:
 - a) Qualquer dos factos previstos nos n.os 1 e 2 do artigo 43.º;
 - b) A cessação de funções, quer esta seja definitiva, quer resulte de passagem à licença ilimitada ou a outra situação sem direito a remuneração, quando ocorra anteriormente a qualquer dos factos a que se refere a alínea a);
 - c) O termo do subsídio legal de tratamento, percebido posteriormente aos mesmos factos.
3. O disposto na alínea b) do número anterior não prejudica a contagem, nos termos do artigo 25.º, do tempo de serviço prestado após a cessação de funções, desde que esta não tenha implicado a eliminação do subscritor.
4. Quando o tempo susceptível de contagem exceder o máximo relevante para a aposentação, devem ser considerados, para quaisquer efeitos, sómente os anos de serviço mais recentes, até perfazerem aquele máximo.

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 238/2009 - Diário da República n.º 180/2009, Série I de 2009-09-16](#), em vigor a partir de 2009-09-21
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 34.º

Processo de contagem

1. A contagem de tempo de serviço, para efeitos de inscrição ou de aposentação, pode ser requerida pelo interessado:
 - a) Em processo de contagem prévia, até ser instaurado o processo de aposentação;
 - b) No processo de aposentação, até neste ser proferida a resolução final a que se refere o n.º 1 do artigo 97.º
2. A CGA, I. P., pode efetuar oficiosamente contagens prévias do tempo de serviço a que se refere o artigo 24.º
3. As resoluções tomadas em processo de contagem prévia pela Caixa são preparatórias da resolução final prevista no n.º 1 do artigo 97.º, podendo nesta última, ou antes dela, mediante novas decisões das entidades que a proferiram, ser revistas nos termos da alínea



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

a) do n.º 1 do artigo 101.º, revogadas ou reformadas com base em ilegalidade ou modificação da lei.

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 162.º do [Decreto-Lei n.º 84/2019 - Diário da República n.º 122/2019, Série I de 2019-06-28](#), em vigor a partir de 2019-06-29, produz efeitos a partir de 2019-01-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 214/83 - Diário da República n.º 120/1983, Série I de 1983-05-25](#), em vigor a partir de 1983-05-30

Capítulo III

Direito de aposentação

Artigo 35.º

Fundamento do direito de aposentação

O direito de aposentação depende da qualidade de subscritor, sem prejuízo do disposto no artigo 40.º

Artigo 36.º

Formas de aposentação

1. A aposentação pode ser voluntária ou obrigatória.
2. A aposentação é voluntária quando tem lugar a requerimento do subscritor, nos casos em que a lei a faculta; é obrigatória quando resulta de simples determinação da lei ou de imposição da autoridade competente.

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 54.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01

Artigo 37.º

Condições de aposentação

1. A aposentação pode verificar-se, independentemente de qualquer outro requisito, quando o subscritor contar 15 anos de serviço e a idade normal de acesso à pensão de velhice que sucessivamente estiver estabelecida no regime geral de segurança social.
2. A aposentação pode ainda verificar-se quando o subscritor atingir a idade pessoal de acesso à pensão de velhice, sendo esta a que resulta da redução, por relação à idade normal de acesso à pensão de velhice em vigor, de quatro meses por cada ano civil que exceda os 40 anos de serviço efetivo à data da aposentação, não podendo a redução resultar no acesso à pensão antes dos 60 anos de idade.
3. Há ainda lugar a aposentação quando o subscritor, tendo, pelo menos, cinco anos de serviço:
 - a) Seja declarado, em exame médico, absoluta e permanentemente incapaz para o exercício das suas funções;



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

- b) Atinja o limite de idade legalmente fixado para o exercício das suas funções;
- c) Seja punido com pena expulsiva de natureza disciplinar ou, por condenação penal definitiva, demitido ou colocado em situação equivalente, sem prejuízo do disposto nos n.os 2 e 3 do Artigo 40º.
4. O Governo poderá fixar, em diploma especial, limites de idade e de tempo de serviço inferiores aos referidos nos números anteriores, os quais prevalecerão sobre estes últimos.
5. O tempo de inscrição nas instituições de previdência referidas no n.º 2 do artigo 4.º, quer anterior, quer posterior ao tempo de inscrição na Caixa, conta-se também para o efeito de se considerar completado o prazo de garantia que resultar do disposto nos n.os 3 e 4.

Nota

- [Artigo 3.º, Lei n.º 60/2005 - Diário da República n.º 249/2005, Série I-A de 2005-12-29](#): A partir de 1 de Janeiro de 2006 - 60 anos e 6 meses. A partir de 1 de Janeiro de 2007 - 61 anos. A partir de 1 de Janeiro de 2008 - 61 anos e 6 meses. A partir de 1 de Janeiro de 2009 - 62 anos. A partir de 1 de Janeiro de 2010 - 62 anos e 6 meses. A partir de 1 de Janeiro de 2011 - 63 anos. A partir de 1 de Janeiro de 2012 - 63 anos e 6 meses. A partir de 1 de Janeiro de 2013 - 64 anos. A partir de 1 de Janeiro de 2014 - 64 anos e 6 meses. A partir de 1 de Janeiro de 2015 - 65 anos.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 4.º do [Decreto-Lei n.º 108/2019 - Diário da República n.º 154/2019, Série I de 2019-08-13](#), em vigor a partir de 2019-08-18, produz efeitos a partir de 2019-10-01
- Alterado pelo Artigo 162.º do [Decreto-Lei n.º 84/2019 - Diário da República n.º 122/2019, Série I de 2019-06-28](#), em vigor a partir de 2019-06-29, produz efeitos a partir de 2019-01-01
- Alterado pelo Artigo 54.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 37.º - A

Aposentação antecipada

1. Podem requerer a aposentação antecipada, independentemente de submissão a junta médica e sem prejuízo da aplicação do regime de pensão unificada, os subscritores que tenham, pelo menos, 60 anos de idade e que, enquanto tiverem essa idade, tenham completado, pelo menos, 40 anos de exercício efetivo de funções.
2. O valor da pensão de aposentação antecipada prevista no número anterior é calculado nos termos gerais e reduzido pela aplicação de um factor de redução determinado pela fórmula $1 - x$, em que x é igual à taxa de redução do valor da pensão.
3. A taxa global de redução é o produto do número de meses de antecipação em relação à idade normal de acesso à pensão de velhice que sucessivamente estiver estabelecida no sistema previdencial do regime geral de segurança social ou à idade pessoal de acesso à pensão de velhice pela taxa mensal de 0,5 %.
4. (Revogado).
5. Às pensões atribuídas ao abrigo do n.º 1 não é aplicado o fator de sustentabilidade.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Nota

- [Artigo 4.º, Lei n.º 60/2005 - Diário da República n.º 249/2005, Série I-A de 2005-12-29](#): A partir de 1 de Janeiro de 2006 - 36 anos e 6 meses (36,5). A partir de 1 de Janeiro de 2007 - 37 anos (37). A partir de 1 de Janeiro de 2008 - 37 anos e 6 meses (37,5). A partir de 1 de Janeiro de 2009 - 38 anos (38). A partir de 1 de Janeiro de 2010 - 38 anos e 6 meses (38,5). A partir de 1 de Janeiro de 2011 - 39 anos (39). A partir de 1 de Janeiro de 2012 - 39 anos e 6 meses (39,5). A partir de 1 de Janeiro de 2013 - 40 anos (40).

Nota

[Acórdão n.º 360/2003 - Diário da República n.º 232/2003, Série I-A de 2003-10-07](#)

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos n.os 1 a 8 do artigo 9.º da Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro, por violação do direito das Associações Sindicais à participação na elaboração da legislação do Trabalho, previsto na al. a) do n.º 2 do art.º 56.º da Constituição.

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 4.º do [Decreto-Lei n.º 108/2019 - Diário da República n.º 154/2019, Série I de 2019-08-13](#), em vigor a partir de 2019-08-18, produz efeitos a partir de 2019-10-01
- Alterado pelo Artigo 81.º da [Lei n.º 82-B/2014 - Diário da República n.º 252/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-12-31](#), em vigor a partir de 2015-01-01
- Alterado pelo Artigo 4.º da [Lei n.º 11/2014 - Diário da República n.º 46/2014, Série I de 2014-03-06](#), em vigor a partir de 2014-03-07
- Alterado pelo Artigo 29.º da [Lei n.º 3-B/2010 - Diário da República n.º 82/2010, 1º Suplemento, Série I de 2010-04-28](#), em vigor a partir de 2010-04-29
- Alterado pelo Artigo 4.º do [Lei n.º 11/2008 - Diário da República n.º 36/2008, Série I de 2008-02-20](#), em vigor a partir de 2008-02-21
- Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 1/2004 - Diário da República n.º 12/2004, Série I-A de 2004-01-15](#), em vigor a partir de 2004-01-01
- Aditado pelo/a Artigo 9.º do/a [Lei n.º 32-B/2002 - Diário da República n.º 301/2002, 2º Suplemento, Série I-A de 2002-12-30](#), em vigor a partir de 2003-01-01

Artigo 37.º - B

Aposentação por carreira longa

1. Podem requerer a aposentação, independentemente de submissão a junta médica e sem prejuízo da aplicação do regime da pensão unificada, os subscritores da CGA com, pelo menos, 60 anos de idade e que:

a) Tendo sido inscritos na CGA ou no regime geral de segurança social em idade igual ou inferior a 16 anos, tenham, pelo menos, 46 anos de serviço;

b) Independentemente do momento em que tenham sido inscritos na CGA ou no regime geral de segurança social, tenham, pelo menos, 48 anos de serviço.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, releva apenas o tempo de exercício efetivo de funções.

3. O valor da pensão de aposentação atribuída ao abrigo do n.º 1 é calculado nos termos gerais, sem redução por aplicação do fator de sustentabilidade ou de penalizações por antecipação relativamente à idade normal de acesso à pensão de velhice.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

4. A modalidade de aposentação por carreira longa prevista no presente artigo não é aplicável aos subscritores da CGA que beneficiam de regimes especiais em matéria de condições de aposentação ou reforma ou em matéria de regras de cálculo ou atualização da pensão, nomeadamente os profissionais abrangidos pelos Decretos-Leis n.os 3/2017 e 4/2017, de 6 de janeiro, os magistrados e os embaixadores e ministros plenipotenciários.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 2.º do [Decreto-Lei n.º 73/2018 - Diário da República n.º 179/2018, Série I de 2018-09-17](#), em vigor a partir de 2018-09-22, produz efeitos a partir de 2018-10-01
- Aditado pelo Artigo 4.º do [Decreto-Lei n.º 126-B/2017 - Diário da República n.º 193/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-10-06](#), em vigor a partir de 2017-10-07, produz efeitos a partir de 2017-10-01

Artigo 38.º

Aposentação extraordinária

A aposentação extraordinária verifica-se, independente do pressuposto de tempo de serviço estabelecido no n.º 2 do artigo anterior, e precedendo exame médico, em qualquer dos casos seguintes:

- a) Incapacidade permanente e absoluta do subscritor para o exercício das suas funções em virtude de acidente de serviço ou de doença contraída neste e por motivo do seu desempenho;
- b) Igual incapacidade em virtude de acidente ou doença resultantes da prática de acto humanitário ou de dedicação à causa pública;
- c) Simples desvalorização permanente e parcial na capacidade geral de ganho, devida aos acidentes ou doenças referidos nas alíneas anteriores.

Ver todas as alterações

- Revogado pelo Artigo 57.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 38.º - A

Tratamento mais favorável

1. Nos casos em que o subscritor reúne as condições de duas ou mais modalidades de aposentação, a Caixa Geral de Aposentações atribui obrigatoriamente a pensão de valor mais elevado, aplicando no futuro as regras próprias dessa modalidade para todos os efeitos, sem possibilidade de alteração.

2. Se o subscritor pertencer a categoria profissional abrangida por regime especial em matéria de condições de aposentação ou reforma ou em matéria de regras de cálculo ou atualização da pensão, apenas pode aposentar-se por uma das modalidades do Estatuto da Aposentação se, não querendo ou não podendo beneficiar das regras próprias do seu estatuto, renunciar expressa e definitivamente ao regime especial, para todos os efeitos, antes de a pensão ser atribuída.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

3. Nenhum subscritor pode beneficiar da aplicação cruzada de regras ou parâmetros, nomeadamente idade e tempo de serviço, de mais do que uma modalidade, geral ou especial.

[Ver todas as alterações](#)

- Aditado pelo Artigo 6.º do [Decreto-Lei n.º 108/2019 - Diário da República n.º 154/2019, Série I de 2019-08-13](#), em vigor a partir de 2019-09-18, produz efeitos a partir de 2019-10-01

Artigo 39.º

Aposentação voluntária

1. A aposentação depende necessariamente de requerimento do interessado nos casos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 37.º e nos artigos 37.º-A, 37.º-B e 40.º

2. A aposentação pode ser requerida pelo subscritor nas hipóteses previstas na alínea a) do n.º 3 do artigo 37.º

3. No caso do n.º 1 do presente artigo, o requerimento de aposentação não terá seguimento sem o prévio pagamento das quotas correspondentes ao tempo mínimo de 5 anos de serviço, quando este for indispensável para a aposentação.

4. O pedido de aposentação pode ser apresentado com a antecedência máxima de três meses em relação à data em que o interessado reúna todos os requisitos para a aposentação.

5. O requerente pode indicar, no pedido de aposentação, uma data posterior a considerar pela CGA para os efeitos do n.º 1 do artigo 43.º, sendo tal indicação obrigatória nos pedidos apresentados nos termos do número anterior.

6. O requerente não pode desistir do pedido de aposentação depois de proferido despacho a reconhecer o direito a aposentação voluntária que não dependa de incapacidade, ou de verificados os factos a que se refere o n.º 2 do artigo 43.º

7. (Revogado.)

8. (Revogado.)

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 4.º do [Decreto-Lei n.º 108/2019 - Diário da República n.º 154/2019, Série I de 2019-08-13](#), em vigor a partir de 2019-08-18, produz efeitos a partir de 2019-10-01
- Alterado pelo Artigo 162.º do [Decreto-Lei n.º 84/2019 - Diário da República n.º 122/2019, Série I de 2019-06-28](#), em vigor a partir de 2019-06-29, produz efeitos a partir de 2019-01-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 238/2009 - Diário da República n.º 180/2009, Série I de 2009-09-16](#), em vigor a partir de 2009-09-21
- Alterado pelo Artigo 2.º da [Lei n.º 52/2007 - Diário da República n.º 168/2007, Série I de 2007-08-31](#), produz efeitos a partir de 2008-01-01
- Alterado pelo Artigo 54.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Artigo 40.º

Aposentação de antigo subscritor

1. A eliminação da qualidade de subscritor não extingue o direito de requerer a aposentação nos seguintes casos:

a) Previstos nos n.os 1 e 2 e nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 37.º, quando a cessação definitiva de funções ocorra após cinco anos de serviço;

b) Previstos nos artigos 37.º-A e 37.º-B, quando a cessação definitiva de funções ocorra após cinco anos de subscritor e, cumulativamente, este não reúna as condições de acesso a pensão atribuída por outro regime de proteção social de inscrição obrigatória.

2. Quando a eliminação da qualidade de subscritor tiver resultado de demissão, mesmo com expreso fundamento em infracção penal ou disciplinar, a aposentação só poderá ser concedida, a requerimento do interessado, dois anos após a aplicação da pena desde que ele conte, pelo menos, 5 anos de serviço e observada uma das seguintes condições:

a) Seja declarado, em exame médico, absoluta e permanentemente incapaz;

b) Tenha atingido o limite de idade.

3. Se, porém, a eliminação for consequência de infracção penal pela qual o ex-subscritor seja condenado a pena superior a dois anos, a concessão da pensão de aposentação apenas poderá ter lugar findo o cumprimento da pena, se contar 5 anos de serviço e nos termos das alíneas a) ou b) do número anterior.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 4.º do [Decreto-Lei n.º 108/2019 - Diário da República n.º 154/2019, Série I de 2019-08-13](#), em vigor a partir de 2019-08-18, produz efeitos a partir de 2019-10-01
- Alterado pelo Artigo 162.º do [Decreto-Lei n.º 84/2019 - Diário da República n.º 122/2019, Série I de 2019-06-28](#), em vigor a partir de 2019-06-29, produz efeitos a partir de 2019-01-01
- Alterado pelo Artigo 2.º do [Decreto-Lei n.º 77/2018 - Diário da República n.º 197/2018, Série I de 2018-10-12](#), em vigor a partir de 2018-11-01
- Alterado pelo Artigo 54.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 41.º

Aposentação obrigatória por incapacidade ou por limite de idade

1. Nos casos da alínea a) do n.º 3 do artigo 37.º, a aposentação ordinária pode também ser promovida pelo competente órgão superior da Administração Pública, mediante apresentação do subscritor a exame médico.

2. A aposentação por limite de idade, a que se refere a alínea b) do n.º 3 do artigo 37.º, é promovida pelo serviço a que o subscritor estiver adstrito.

3. (Revogado).



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 4.º do [Decreto-Lei n.º 108/2019 - Diário da República n.º 154/2019, Série I de 2019-08-13](#), em vigor a partir de 2019-08-18, produz efeitos a partir de 2019-10-01
- Alterado pelo Artigo 54.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01

Artigo 42.º

Aposentação compulsiva

1. A aposentação compulsiva é aplicada por decisão da autoridade competente, pelas infracções disciplinares previstas na lei, ou por deliberação do Conselho de Ministros, nos casos permitidos em lei especial.
2. A aplicação desta pena só terá lugar quando a Caixa informe que o subscritor reúne o pressuposto do tempo de serviço exigível, nos termos do artigo 37.º, para a aposentação ordinária.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 43.º

Regime da aposentação

1. O regime da aposentação voluntária que não dependa de verificação de incapacidade fixa-se com base na lei em vigor à data em que seja recebido o pedido de aposentação pela CGA, sem prejuízo do disposto no n.º 7 do artigo 39.º, e na situação existente à data em que o mesmo seja despachado.
2. Nas restantes situações, o regime da aposentação fixa-se com base na lei em vigor e na situação existente à data em que:
 - a) Seja declarada a incapacidade pela competente junta médica ou homologado o parecer desta, quando a lei especial o exija;
 - b) O interessado atinja o limite de idade;
 - c) Se profira decisão que imponha pena expulsiva ou se prefira condenação penal definitiva da qual resulta a demissão ou que coloque o interessado em situação equivalente.
3. O disposto no n.º 1 não prejudica os efeitos que a lei atribua, em matéria de aposentação, a situações anteriores.
4. É irrelevante qualquer alteração de remunerações ocorrida posteriormente à data a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º

Nota

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 134/2019 - Diário da República n.º 66/2019, Série I de 2019-04-03](#) Declarada a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, a norma do segmento do artigo 43.º, n.º 1, do Estatuto da Aposentação, na redação dada pela



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que determina que a aposentação voluntária se rege pela lei em vigor no momento em que for proferido o despacho a reconhecer o direito à aposentação.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 162.º do [Decreto-Lei n.º 84/2019 - Diário da República n.º 122/2019, Série I de 2019-06-28](#), em vigor a partir de 2019-06-29, produz efeitos a partir de 2019-01-01
- Alterado pelo Artigo 79.º da [Lei n.º 66-B/2012 - Diário da República n.º 252/2012, 1º Suplemento, Série I de 2012-12-31](#), em vigor a partir de 2013-01-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 238/2009 - Diário da República n.º 180/2009, Série I de 2009-09-16](#), em vigor a partir de 2009-09-21
- Alterado pelo Artigo 2.º da [Lei n.º 52/2007 - Diário da República n.º 168/2007, Série I de 2007-08-31](#), produz efeitos a partir de 2008-01-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01
- Rectificado pela [Rectificação - Diário do Governo n.º 11/1973, Série I de 1973-01-13](#), em vigor a partir de 1973-01-01

Artigo 44.º

(Cargo pelo qual se verifica a aposentação)

1. O subscritor é aposentado pelo último cargo em que esteja inscrito na Caixa.
2. Se à função exercida pelo subscritor, fora do quadro ou da categoria a que pertença, não corresponder direito de aposentação, esta efectivar-se-á pelo cargo de origem.

Artigo 45.º

(Concorrência de cargos)

1. O subscritor com direito de aposentação por mais de um cargo deverá escolher aquele por que pretende ser aposentado, salvo nos casos em que lei especial faculte a aposentação cumulativa pelos cargos simultaneamente exercidos.
2. O subscritor que tenha também direito de aposentação por cargo que exerça em regime de comissão ou requisição poderá optar pela aposentação correspondente ao seu cargo de origem.

Ver todas as alterações

- Rectificado pela [Rectificação - Diário do Governo n.º 11/1973, Série I de 1973-01-13](#), em vigor a partir de 1973-01-01

Capítulo IV

Pensão de aposentação

Artigo 46.º

(Direito à pensão)

Pela aposentação o interessado adquire o direito a uma pensão mensal vitalícia, fixada pela Caixa, nos termos dos artigos seguintes, em função da remuneração mensal e do número



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

de anos e meses de serviço de subscritor, bem como, se for caso disso, do seu grau de incapacidade.

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 47.º

Remuneração mensal

1. Para determinar a remuneração mensal atende-se às seguintes parcelas, que respeitem ao cargo pelo qual o subscritor é aposentado:

a) O ordenado ou outra retribuição base de carácter mensal, ou a duodécima parte da que for estabelecida por ano ou corresponder ao número de dias de serviço anual, quando fixada por dia ou por hora;

b) A média mensal das demais remunerações percebidas pelo subscritor nos dois últimos anos e que devam ser consideradas nos termos do artigo seguinte.

2. Quando o período de serviço legalmente estabelecido seja inferior ao ano, o montante global das respectivas remunerações, que hajam de converter-se em mensais para os efeitos do presente artigo, será dividido pelo número de meses que naquele período se comporte.

3. Será havida como enumeração dos cargos exercidos em regime de tempo parcial, depois de efectuada a conversão prevista no n.º 2 do artigo 26.º, a que corresponder ao serviço em regime de tempo completo.

4. As remunerações percebidas a título de participações emolumentares, qualquer que seja a sua natureza, são em todos os casos consideradas para a aposentação, nos termos do disposto da alínea b) do n.º 1.

5. Nos casos em que a média das remunerações previstas na alínea b) do n.º 1, adicionada da remuneração estabelecida na alínea a) do mesmo número, exceda a remuneração base legalmente fixada para o cargo de Primeiro-Ministro, será a remuneração mensal relevante reduzida até ao limite daquela.

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 7.º da [Lei n.º 75/93 - Diário da República n.º 295/1993, 1º Suplemento, Série I-A de 1993-12-20](#)
- Alterado pelo Artigo 8.º da [Lei n.º 30-C/92 - Diário da República n.º 298/1992, 1º Suplemento, Série I-A de 1992-12-28](#), em vigor a partir de 1993-01-02

Artigo 48.º

Remunerações a considerar

As remunerações a considerar para os efeitos do artigo anterior serão as abrangidas pelo n.º 1 do artigo 6.º, com excepção das que não tiverem carácter permanente, das gratificações que não forem de atribuição obrigatória, das remunerações complementares por serviço prestado no ultramar e das resultantes da acumulação de outros cargos.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Artigo 49.º

Subscritores em serviço militar

No caso de aposentação por incapacidade motivada pela prestação de serviço militar, a pensão, observado o disposto nos artigos anteriores, tem por base as remunerações correspondentes a esse serviço, se forem superiores às do cargo pelo qual o subscritor é aposentado.

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 54.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01

Artigo 50.º

(Sucessão de cargos)

1. Se durante os dois últimos anos o subscritor houver exercido sucessivamente dois ou mais cargos a que a lei em vigor à data dos factos previstos no n.º 2 do artigo 33.º atribua remunerações diferentes, atender-se-á à média destas, na proporção do tempo de serviço em cada cargo.
2. Quando, porém, a sucessão de cargos corresponda a acesso, previsto na lei, a lugar superior da mesma hierarquia ou do mesmo serviço, atender-se-á somente à remuneração relativa ao último desses cargos, qualquer que seja o tempo de permanência nele.

Artigo 51.º

Regimes especiais

1. A remuneração mensal relevante para o cálculo da pensão do subscritor que nos últimos três anos tenha exercido cargos dirigentes em regime de comissão de serviço determina-se pela média das remunerações correspondentes a cada um dos cargos exercidos e na proporção do tempo de serviço neles prestado.
2. As remunerações percebidas nos últimos três anos de actividade pela prestação de serviço em diferentes regimes de trabalho, que correspondam a aumento sobre a remuneração devida em regime de tempo completo ou integral, relevam para o cálculo da pensão na proporção do tempo de serviço prestado em cada regime, durante o referido período.
3. Sem prejuízo de outros limites aplicáveis, a pensão de aposentação do subscritor sujeito ao regime do contrato individual de trabalho determina-se pela média mensal das remunerações sujeitas a desconto auferidas nos últimos três anos, com exclusão dos subsídios de férias e de Natal ou prestações equivalentes.
4. A remuneração relevante para o cálculo da pensão do pessoal dos gabinetes dos órgãos de soberania, livremente nomeados e exonerados pelos respectivos titulares, é a que corresponda ao seu lugar de origem.

Nota

[Acórdão n.º 360/2003 - Diário da República n.º 232/2003, Série I-A de 2003-10-07](#)
Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos n.os



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

1 a 8 do artigo 9.º da Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro, por violação do direito das Associações Sindicais à participação na elaboração da legislação do Trabalho, previsto na al. a) do n.º 2 do art.º 56º da Constituição.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 1.º da [Lei n.º 1/2004 - Diário da República n.º 12/2004, Série I-A de 2004-01-15](#), em vigor a partir de 2004-01-01
- Alterado pelo Artigo 9.º da [Lei n.º 32-B/2002 - Diário da República n.º 301/2002, 2º Suplemento, Série I-A de 2002-12-30](#), em vigor a partir de 2003-01-01
- Alterado pelo Artigo 8.º da [Lei n.º 30-C/92 - Diário da República n.º 298/1992, 1º Suplemento, Série I-A de 1992-12-28](#), em vigor a partir de 1993-01-02

Artigo 52.º

Subscritores em serviço nos organismos de coordenação económica e na administração ultramarina

1. Independentemente do preceituado no artigo anterior, o subscritor que, em regime de comissão ou de requisição, tenha prestado continuamente serviço nos dois últimos anos em organismos de coordenação económica poderá optar, para o cômputo da pensão nos termos dos artigos 47.º a 50.º, pelas remunerações auferidas nessas funções.

2. O regime estabelecido no número anterior é igualmente aplicável ao caso previsto no artigo 12.º, sem prejuízo do disposto no artigo 48.º quanto às remunerações complementares por serviço prestado no ultramar.

Ver todas as alterações

- Rectificado pela [Rectificação - Diário do Governo n.º 11/1973, Série I de 1973-01-13](#), em vigor a partir de 1973-01-01

Artigo 53.º

Cálculo da pensão

1. A pensão de aposentação é igual à 36.^a parte da remuneração mensal relevante, deduzida da percentagem da quota para efeitos de aposentação e de pensão de sobrevivência, multiplicada pela expressão em anos do número de meses de serviço contados para a aposentação, com o limite máximo de 36 anos.

2. A pensão não pode, em caso algum, exceder o montante da remuneração líquida a que se refere o n.º 1.

3. Concorrendo tempo de serviço nas condições previstas no artigo 15.º, a pensão será a soma das seguintes parcelas, calculadas separadamente:

a) Uma, pela Caixa Geral de Aposentações, em função do tempo de serviço por ela contado e a que não corresponda dispensa de pagamento de quotas;

b) Outra, pela respectiva instituição de previdência social, nos termos dos diplomas aplicáveis.

4. O tempo a que se refere o n.º 5 do artigo 37.º não influi na pensão a calcular pela Caixa.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Nota

Acórdão n.º 360/2003 - Diário da República n.º 232/2003, Série I-A de 2003-10-07

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos n.os 1 a 8 do artigo 9.º da Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro, por violação do direito das Associações Sindicais à participação na elaboração da legislação do Trabalho, previsto na al. a) do n.º 2 do art.º 56.º da Constituição.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 4.º do [Decreto-Lei n.º 108/2019 - Diário da República n.º 154/2019, Série I de 2019-08-13](#), em vigor a partir de 2019-08-18, produz efeitos a partir de 2019-10-01
- Alterado pelo Artigo 1.º da [Lei n.º 1/2004 - Diário da República n.º 12/2004, Série I-A de 2004-01-15](#), em vigor a partir de 2004-01-01
- Alterado pelo Artigo 9.º da [Lei n.º 32-B/2002 - Diário da República n.º 301/2002, 2º Suplemento, Série I-A de 2002-12-30](#), em vigor a partir de 2003-01-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01
- Rectificado pela [Rectificação - Diário do Governo n.º 11/1973, Série I de 1973-01-13](#), em vigor a partir de 1973-01-01

Artigo 54.º

Pensão de aposentação extraordinária

REVOGADO

Ver todas as alterações

- Revogado pelo Artigo 57.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 55.º

Pensão equiparada à extraordinária

REVOGADO

Ver todas as alterações

- Revogado pelo Artigo 57.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01

Artigo 56.º

Redução da pensão

No caso de aposentação compulsiva, a pensão é calculada nos termos gerais e reduzida em 4,5% do seu valor por cada ano de antecipação em relação à idade legalmente exigida para a aposentação, com o limite de 25%.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 8.º da [Lei n.º 60/2005 - Diário da República n.º 249/2005, Série I-A de 2005-12-29](#), em vigor a partir de 2006-01-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 57.º

Deduções na pensão

1. Serão descontadas na pensão as importâncias em dívida referidas no artigo 18.º, bem como as indemnizações que, por motivo da elevação geral de vencimentos, a lei estabeleça.
2. O quantitativo da pensão e dos descontos de qualquer natureza que nela hajam de fazer-se serão sempre arredondados para o número exacto de escudos, por defeito, se a fracção for inferior a \$50, e por excesso, se igual ou superior.
3. As pensões atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações estão isentas de imposto do selo.

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 58.º

Alteração da pensão

1. A alteração de resoluções definitivas sobre o quantitativo da pensão, nos casos em que a lei a permita, só produzirá efeitos a partir do dia 1 do mês imediato àquele em que for deliberada.
2. Os efeitos da alteração reportar-se-ão, todavia, à data em que a resolução anterior os produziu, nos casos seguintes:
 - a) Se a alteração derivar de recursos contencioso ou hierárquico, de rectificação da pensão ou de resolução revogatória da Caixa;
 - b) Se, no caso de revisão previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 101.º, a nova resolução for proferida oficiosamente no prazo de sessenta dias, a contar da data da resolução revista ou tiver sido requerida pelo interessado nos prazos referidos no n.º 2 do mesmo artigo;
 - c) Se a alteração resultar de parecer da junta médica de revisão.

Artigo 59.º

Actualização de pensões

A actualização das pensões será efectuada, em consequência da elevação geral dos vencimentos do funcionalismo ou da criação de suplemento ou subsídio geral sobre os mesmos, mediante diploma do Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Finanças e do membro do Governo que tiver a seu cargo a função pública.

[Ver todas as alterações](#)



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 60.º

Indemnização de acidente ou facto equiparado

REVOGADO

[Ver todas as alterações](#)

- Revogado pelo Artigo 57.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01

Artigo 61.º

Responsabilidade de terceiros

REVOGADO

[Ver todas as alterações](#)

- Revogado pelo Artigo 57.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01

Artigo 62.º

Direitos da Caixa

REVOGADO

[Ver todas as alterações](#)

- Revogado pelo Artigo 57.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01

Artigo 63.º

Atribuição dos encargos da aposentação

1. As autarquias locais e outras entidades responsáveis pela aposentação do seu pessoal suportarão, nos termos e dentro dos limites da legislação respectiva, e proporcionalmente ao tempo em relação ao qual essa responsabilidade exista, os encargos com as pensões de aposentação abonadas pela Caixa.

2. Passam a ser inteiramente responsáveis pelos encargos com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa, em relação a todo o tempo de serviço que lhes tenha sido prestado, os seguintes serviços e entidades:

- a) Os que a lei qualifique de empresas públicas;
- b) As províncias ultramarinas;
- c) As Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto e os respectivos Serviços Municipalizados;
- d) A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

e) Os demais serviços ou entidades, dotados de receitas próprias e que reúnam condições para suportar o encargo, a indicar em resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Finanças.

3. A responsabilidade dos serviços e entidades mencionados nos números anteriores compreende o encargo pela aposentação do pessoal que neles se encontre em regime previsto nos artigos 11.º, 12.º e 14.º

4. O encargo, com a parte da pensão a que se refere a alínea b) do n.º 3 do artigo 53.º, é suportado pela respectiva instituição de previdência.

5. (Revogado).

6. A responsabilidade prevista neste artigo não prejudica a obrigação de pagamento pelo subscritor de quotas e indemnizações devidas nos termos do presente Estatuto.

7. Os encargos com as pensões de aposentação pelo ultramar do pessoal que tenha sido subscritor da Caixa são suportados por esta e pelos serviços e entidades referidos nos n.os 1, 2 e 4, em função do tempo de serviço respectivo, competindo à Caixa, quando tiver arrecadado as quotas correspondentes, a transferência para os serviços ultramarinos das importâncias destinadas a satisfazer esses encargos.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 73.º do [Decreto-Lei n.º 29-A/2011 - Diário da República n.º 42/2011, 1º Suplemento, Série I de 2011-03-01](#), em vigor a partir de 2011-03-02, produz efeitos a partir de 2011-01-01

Artigo 63.º-A

Encargos com pensões da CGA, I. P.

Os montantes correspondentes aos encargos com as pensões e demais prestações abonadas pela CGA, I. P., da responsabilidade de terceiras entidades, incluindo os encargos referidos no número anterior e os encargos do regime de pensão unificada, devem ser-lhe entregues até ao dia 15 do mês em que tem lugar o pagamento das pensões e das prestações a que respeitam.

Ver todas as alterações

- Aditado pelo Artigo 73.º do [Decreto-Lei n.º 29-A/2011 - Diário da República n.º 42/2011, 1º Suplemento, Série I de 2011-03-01](#), em vigor a partir de 2011-03-02, produz efeitos a partir de 2011-01-01

Artigo 64.º

Pagamento da pensão

1. A pensão de aposentação é devida pela Caixa a partir da data em que o subscritor passa à situação de aposentado.

2. Com exceção dos casos previstos no n.º 7, a pensão vence-se mensalmente por inteiro no dia 1 do mês a que respeita.

3. Se o aposentado estiver impossibilitado, de modo permanente ou duradouro, de receber a pensão, ou estiver internado em estabelecimento de assistência ou equiparado, poderá o conselho de administração da Caixa, não havendo interdição ou inabilitação judicial, autorizar que as pensões sejam pagas à pessoa que superintenda na assistência ao aposentado, ou directamente ao referido estabelecimento, desde que, em qualquer dos casos, a respectiva idoneidade seja atestada pela autoridade administrativa com competência para tal.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

4. O conselho poderá mandar examinar o aposentado por médico da Caixa Nacional de Previdência e exigir prova dos requisitos da pessoa a designar, podendo também, a todo o tempo, determinar a substituição da que estiver designada.
5. O procedimento referido no n.º 3 e a substituição a que alude o n.º 4 devem ser precedidos de assentimento expreso, dado por escrito, que só será dispensado quando o estado de saúde mental ou psíquico do aposentado o não permitir.
6. A Caixa poderá tornar obrigatório o pagamento da pensão mediante crédito em conta de depósito à ordem do beneficiário, sempre que o justifiquem as necessidades de simplificação ou mecanização dos serviços, em condições a estabelecer por despacho do conselho de administração.
7. A primeira pensão dos aposentados a que se refere o n.º 2 do artigo 73.º é devida desde a data em que devam considerar-se desligados do serviço e o abono será sempre proporcional aos dias que decorrerem entre aquela data e o termo do respectivo mês, passando as pensões seguintes a obedecer às regras gerais de vencimento e cálculo.
8. No mês do óbito do aposentado a pensão é devida por inteiro.
9. O pagamento da pensão depende de prova periódica de vida, que tem lugar:
 - a) Para os residentes em território nacional, por interconexão de dados com o Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. (IRN, I. P.);
 - b) Para os residentes no estrangeiro, nos termos a definir em portaria dos membros do Governo responsáveis pela tutela da CGA, I. P.
10. - O processo de interconexão de dados previsto na alínea a) do número anterior é efetuado mediante protocolo estabelecido entre a CGA, I. P., e o IRN, I. P., nos termos e com os limites previstos na legislação aplicável à proteção de dados, nomeadamente no Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação complementar.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 4.º do [Decreto-Lei n.º 108/2019 - Diário da República n.º 154/2019, Série I de 2019-08-13](#), em vigor a partir de 2019-08-18, produz efeitos a partir de 2019-10-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 65.º

Suplementos à pensão

Integram-se na pensão, salvo preceito especial em contrário, os suplementos legais que a ela acresçam.

Artigo 66.º

Habilitação de herdeiros

Os herdeiros do aposentado, no caso de falecimento deste, poderão obter a entrega das pensões em dívida, mediante o processo de habilitação previsto para os créditos sobre a Caixa Geral de Depósitos.

Artigo 67.º

Acumulação de pensões

A pensão de aposentação, salvo o disposto no n.º 3 do artigo 53.º, não é acumulável com outra de natureza ou fins semelhantes, abonada por qualquer entidade com base em tempo de serviço prestado às entidades públicas referidas no artigo 25.º e que seja susceptível de



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

contagem pela Caixa para efeitos de aposentação, ficando o interessado com o direito de optar por qualquer delas.

Artigo 68.º

Prescrição de pensões

1. As pensões de aposentação prescrevem no prazo de um ano a contar da data do vencimento de cada uma. 2. O não recebimento das pensões durante o prazo de três anos consecutivos a contar do vencimento da primeira implica a prescrição do direito unitário à pensão. 3. O processamento mensal dos abonos não interrompe a prescrição.

Artigo 69.º

Arquivo de documentos

1 - A Caixa deve conservar em arquivo todos os documentos que compõem o processo individual do subscritor, incluindo o registo de comunicações, enquanto forem os mesmos necessários para a constituição de direitos do próprio ou dos seus herdeiros. 2 - Os processos em formato digital têm valor probatório idêntico e substituem para todos os efeitos os correspondentes em papel, que a Caixa está dispensada de conservar.

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 4.º do [Decreto-Lei n.º 108/2019 - Diário da República n.º 154/2019, Série I de 2019-08-13](#), em vigor a partir de 2019-08-18, produz efeitos a partir de 2019-10-01

Artigo 70.º

Penhora de pensões

1. As pensões só podem ser penhoradas nos termos e dentro dos limites fixados pelo Código de Processo Civil.
2. A Caixa fará trimestralmente o depósito das importâncias descontadas em cumprimento da penhora.

Artigo 71.º

Suspensão de pensão

O pagamento suspende-se sempre que o aposentado sofra condenação disciplinar ou penal, nos termos do artigo 76.º e dos n.os 2 e 3 do artigo 77.º

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 72.º

Perda do direito à pensão

O direito à pensão extingue-se nos casos previstos no n.º 1 do artigo 82.º



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Artigo 72.º-A

Estorno de valores pagos após o óbito

1. No caso de ter sido efetuado o pagamento de valores de pensão de aposentação, reforma, invalidez, sobrevivência ou outra pensão ou prestação pecuniária por transferência bancária em data posterior ao mês da morte do beneficiário, a CGA procede à sua recuperação através de débito daqueles valores na conta onde efetuou o crédito.
2. A operação de estorno referida no número anterior apenas pode ocorrer nos três meses seguintes ao mês da morte do beneficiário.

[Ver todas as alterações](#)

- Aditado pelo Artigo 411.º do [Lei n.º 2/2020 - Diário da República n.º 64/2020, Série I de 2020-03-31](#), em vigor a partir de 2020-04-01

Capítulo V

Situação de aposentação

Artigo 73.º

Passagem à aposentação

1. A passagem do interessado à situação de aposentação verifica-se no dia 1 do mês seguinte ao da publicação oficial da lista de aposentados em que se inclua o seu nome.
2. Os subscritores abrangidos por lei especial referida no n.º 3 do artigo 99.º passam à aposentação na data em que devam considerar-se desligados do serviço.

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 74.º

Direitos e deveres do aposentado

1. O aposentado, além de titular do direito à pensão de aposentação, continua vinculado à função pública, conservando os títulos e a categoria do cargo que exercia e os direitos e deveres que não dependam da situação de actividade.
2. Salvo quando de outro modo se dispuser, o regime legal relativo aos aposentados é também aplicável aos que se encontrem desligados do serviço aguardando aposentação.

Artigo 75.º

Sustação do abono de pensão

Se na data da passagem à situação de aposentação ou à prevista no n.º 2 do artigo 99.º o interessado estiver a cumprir pena criminal ou disciplinar que importe suspensão de remunerações, só a partir do termo desta se iniciará o abono da respectiva pensão.

Artigo 76.º

Penas disciplinares

1. Na aplicação de penas disciplinares aos aposentados, as de multa, suspensão ou inactividade serão substituídas pela perda da pensão de aposentação por igual tempo.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

2. A pena de demissão ou equivalente determina a suspensão do abono da pensão pelo período de três anos.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 77.º

Penas criminais

1. À demissão ou situação equivalente derivadas de condenação criminal definitiva é aplicável o disposto no n.º 2 do artigo anterior.
2. Se além da demissão referida no número anterior houver lugar à aplicação de pena superior a três anos, a suspensão do abono manter-se-á durante o cumprimento da pena.
3. Acarreta a perda da pensão pelo tempo correspondente à suspensão a aplicação, por condenação penal definitiva, das penas previstas no n.º 6 do artigo 55.º, n.º 3 do artigo 56.º e n.º 2 do artigo 57.º, todos do Código Penal.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 78.º

Incompatibilidades

1. Os aposentados, reformados, reservistas fora de efetividade e equiparados não podem exercer atividade profissional remunerada para quaisquer serviços da administração central, regional e autárquica, empresas públicas, entidades públicas empresariais, entidades que integram o setor empresarial regional e municipal e demais pessoas coletivas públicas, exceto quando haja lei especial que o permita ou quando, por razões de interesse público excecional, sejam autorizados pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública.
2. Não podem exercer atividade profissional remunerada nos termos do número anterior:
 - a) Os aposentados e reformados que se tenham aposentado ou reformado com fundamento em incapacidade;
 - b) Os aposentados e reformados por força de aplicação da pena disciplinar de aposentação ou reforma compulsiva.
3. Consideram-se abrangidos pelo conceito de atividade profissional remunerada:
 - a) Todos os tipos de funções e de serviços, independentemente da sua duração ou regularidade;
 - b) Todas as formas de contrapartida, pecuniária ou em espécie, direta ou indireta, da atividade desenvolvida, nomeadamente todas as prestações que, total ou parcialmente, constituem base de incidência contributiva nos termos do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social;
 - c) Todas as modalidades de contratos, independentemente da respectiva natureza, pública ou privada, laboral ou de aquisição de serviços.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

4. A decisão de autorização do exercício de funções é precedida de proposta do membro do Governo que tenha o poder de direcção, de superintendência, de tutela ou influência dominante sobre o serviço, entidade ou empresa onde as funções devam ser exercidas, e produz efeitos por um ano, excepto se fixar um prazo superior, em razão da natureza das funções.

5. (Revogado.)

6. (Revogado).

7. Os termos a que deve obedecer a autorização de exercício de funções prevista no n.º 1 pelos aposentados com recurso a mecanismos legais de antecipação de aposentação são estabelecidos, atento o interesse público subjacente, por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, sem prejuízo do disposto nos números anteriores.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 2.º da [Lei n.º 75-A/2014 - Diário da República n.º 188/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-09-30](#), em vigor a partir de 2014-10-01
- Alterado pelo Artigo 4.º da [Lei n.º 11/2014 - Diário da República n.º 46/2014, Série I de 2014-03-06](#), em vigor a partir de 2014-03-07
- Alterado pelo Artigo 6.º do [Decreto-Lei n.º 137/2010 - Diário da República n.º 250/2010, Série I de 2010-12-28](#), em vigor a partir de 2010-12-29
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 179/2005 - Diário da República n.º 210/2005, Série I-A de 2005-11-02](#), em vigor a partir de 2005-11-07
- Alterado pelo Artigo 8.º do [Decreto-Lei n.º 215/87 - Diário da República n.º 123/1987, Série I de 1987-05-29](#), em vigor a partir de 1987-06-03

Artigo 79.º

Cumulação de pensão e remuneração

1. No período que durar o exercício das funções públicas autorizadas, os aposentados, reformados, reservistas fora de efetividade e equiparados auferem a remuneração que está definida para as funções ou cargo que desempenham ou para o trabalho prestado, mantendo o direito à respetiva pensão, quando esta seja superior, e no montante correspondente à diferença entre aquela e esta.

2. As condições de cumulação de remunerações referidas no número anterior são reconhecidas no despacho de autorização previsto no n.º 1 do artigo anterior.

3. Cessado o exercício de funções públicas, o pagamento da pensão ou da remuneração de reserva ou equiparada, com valor atualizado nos termos gerais, é retomado.

4. O início e o termo do exercício de funções públicas são obrigatoriamente comunicados à Caixa Geral de Aposentações, I. P. (CGA, I. P.), pelos serviços, entidades ou empresas a que se refere o n.º 1 do artigo anterior no prazo máximo de 10 dias a contar dos mesmos, indicando igualmente o valor da remuneração a auferir, para que a CGA, I. P., possa suspender a pensão ou efetuar o pagamento do montante correspondente à diferença entre a remuneração e a pensão.

5. São ainda obrigatoriamente comunicadas as alterações de remuneração no âmbito do exercício das funções públicas.

6. O incumprimento pontual do dever de comunicação estabelecido nos números anteriores constitui o dirigente máximo do serviço, entidade ou empresa, pessoal e solidariamente responsável, juntamente com o aposentado, pelo reembolso à CGA, I. P., das importâncias que esta venha a abonar indevidamente em consequência daquela omissão.

7. Em caso de realização de estudos, pareceres, projetos ou outros trabalhos especializados, de cariz meramente esporádico ou pontual, por aposentados, reformados,



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

reservistas fora de efetividade e equiparados, estes mantêm a respetiva pensão, recebendo ainda a prestação única correspondente ao trabalho realizado.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 4.º do [Decreto-Lei n.º 6/2019 - Diário da República n.º 9/2019, Série I de 2019-01-14](#), em vigor a partir de 2019-02-01
- Alterado pelo Artigo 4.º da [Lei n.º 11/2014 - Diário da República n.º 46/2014, Série I de 2014-03-06](#), em vigor a partir de 2014-03-07
- Alterado pelo Artigo 6.º do [Decreto-Lei n.º 137/2010 - Diário da República n.º 250/2010, Série I de 2010-12-28](#), em vigor a partir de 2010-12-29
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 179/2005 - Diário da República n.º 210/2005, Série I-A de 2005-11-02](#), em vigor a partir de 2005-11-07
- Alterado pelo Artigo 8.º do [Decreto-Lei n.º 215/87 - Diário da República n.º 123/1987, Série I de 1987-05-29](#), em vigor a partir de 1987-06-03

Artigo 80.º

Nova aposentação e revisão da pensão

1. Se o aposentado, quer pelas províncias ultramarinas, quer pela Caixa, tiver direito de inscrição nesta última pelo novo cargo que lhe seja permitido exercer, poderá optar pela aposentação correspondente a esse cargo e ao tempo de serviço que nele prestar, salvo nos casos em que lei especial permita a acumulação das pensões.
2. Não será de considerar para cômputo da nova pensão o tempo de serviço anterior à primeira aposentação.
3. Nos casos em que o aposentado opte por manter a primeira aposentação, haverá lugar à divisão da pensão respectiva, a qual só pode ser requerida depois da cessação de funções a título definitivo e é devida a partir do dia 1 do mês imediato ao da apresentação do pedido.
4. O montante da pensão a que se refere o número anterior é igual à pensão auferida à data do requerimento multiplicada pelo factor resultante da divisão de todo o tempo de serviço prestado, até ao limite máximo de 36 anos, pelo tempo de serviço contado no cálculo da pensão inicial.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 8.º da [Lei n.º 30-C/92 - Diário da República n.º 298/1992, 1º Suplemento, Série I-A de 1992-12-28](#), em vigor a partir de 1993-01-02
- Rectificado pelo [Rectificação - Diário do Governo n.º 11/1973, Série I de 1973-01-13](#), em vigor a partir de 1973-01-01

Artigo 81.º

Contagem de tempo aos ex-aposentados

O regime estabelecido no n.º 2 do artigo precedente é ainda aplicável ao caso de o novo subscritor haver estado anteriormente na situação de aposentado e esta se encontrar extinta.

Artigo 82.º

(Extinção da aposentação)

1. A situação de aposentado extingue-se nos casos de:
 - a) (Eliminada)



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

- b) Renúncia ao direito à pensão;
 - c) Prescrição do mesmo direito;
 - d) Perda da nacionalidade portuguesa, quando esta for exigida para o exercício do cargo pelo qual o interessado foi aposentado;
 - e) Falecimento.
2. Os serviços a que o aposentado se encontrava adstrito deverão enviar à Caixa os requerimentos de renúncia e comunicar-lhe imediatamente os factos extintivos da aposentação de que tenham conhecimento.
3. Os factos previstos nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 produzirão os mesmos efeitos da exoneração.
4. Os conservadores do registo civil comunicarão à Caixa, nos termos do Código do Registo Civil, o falecimento dos indivíduos acerca dos quais conste que se encontravam na situação de aposentados.

Nota

Acórdão n.º 72/2002 - Diário da República n.º 62/2002, Série I-A de 2002-03-14 Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma do artigo 82º, n.º 1, alínea d) do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro (Estatuto da Aposentação).

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25, em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 83.º

Prestações por morte

1. O subsídio por morte e o reembolso das despesas de funeral atribuídos pela Caixa Geral de Aposentações seguem o regime que sucessivamente estiver estabelecido no sistema previdencial do regime geral de segurança social para essas prestações.
2. (Revogado.)
3. (Revogado.)

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 108/2019 - Diário da República n.º 154/2019, Série I de 2019-08-13, em vigor a partir de 2019-08-18, produz efeitos a partir de 2019-10-01
- Alterado pelo Artigo 79.º da Lei n.º 66-B/2012 - Diário da República n.º 252/2012, 1º Suplemento, Série I de 2012-12-31, em vigor a partir de 2013-01-01
- Alterado pelo Artigo 52.º da Lei n.º 64-B/2011 - Diário da República n.º 250/2011, 1º Suplemento, Série I de 2011-12-30, em vigor a partir de 2012-01-01
- Alterado pelo Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 223/95 - Diário da República n.º 208/1995, Série I-A de 1995-09-08, em vigor a partir de 1995-11-07

Capítulo VI

Processo de aposentação

Ver todas as alterações

- Rectificado pela Rectificação - Diário do Governo n.º 11/1973, Série I de 1973-01-13, em vigor a partir de 1973-01-01



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Artigo 84.º

Instauração do processo

1. O processo de aposentação inicia-se com base em requerimento do interessado ou em comunicação dos serviços de que o mesmo dependa.
2. O requerimento e a comunicação deverão conter os fundamentos da aposentação e serão acompanhados dos documentos necessários à instrução do processo.
3. O requerimento será dirigido ao Ministro ou órgão superior da entidade pública de que o requerente dependa e enviado à Caixa pelos respectivos serviços.

Artigo 85.º

Cadastro e contagens

Instaurado o processo de aposentação, juntar-se-lhe-á informação do que constar do cadastro do subscritor, apensando-se os processos de contagem prévia e de cadastro que lhe digam respeito.

Artigo 86.º

Prova das condições para a aposentação

1. O competente serviço da Caixa verificará se o interessado reúne as condições necessárias para a aposentação.
2. Se não estiver comprovado tempo de serviço suficiente para a aposentação, ou outro tempo útil de que haja notícia no processo, deverá exigir-se prova complementar ao requerente, através dos serviços de que dependa, ou directamente a estes, se a aposentação for obrigatória.
3. Qualquer prova complementar a cargo do interessado só pode ser considerada quando oferecida no prazo que, para o efeito, a Caixa houver fixado.

Artigo 87.º

Prova do tempo de serviço

O tempo de serviço para efeitos de aposentação prova-se por meio de certidões ou informações autênticas da efectividade do serviço, emitidas pelas entidades competentes.

Artigo 88.º

Suprimento da prova de tempo de serviço

1. Mostrando-se por documento autêntico a impossibilidade de obter a prova a que se refere o artigo anterior, pode o interessado requerer a instauração de processo especial de justificação nos serviços onde exerceu funções, indicando desde logo os períodos e as condições em que as exerceu e foi remunerado e juntando os elementos de que dispuser.
2. Os serviços tomarão em consideração os diplomas ou actos de investidura e exoneração, folhas de remunerações, listas de antiguidade, livros de ponto e quaisquer outros elementos donde possa inferir-se a efectividade de exercício de funções e resolverão, a final, se este se verificou e em que condições, emitindo certidão da resolução.
3. Tratando-se de funções exercidas em mais de um serviço, o processo poderá ser instaurado sòmente no último, que solicitará dos restantes a instrução e resolução da parte que lhes diga respeito.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Artigo 89.º

Exame médico

1. O subscritor é submetido a exame médico da Caixa nos termos dos artigos seguintes sempre que, preenchidos os demais requisitos da aposentação, esta dependa da verificação de incapacidade.
2. (Revogado).

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 4.º da [Lei n.º 11/2014 - Diário da República n.º 46/2014, Série I de 2014-03-06](#), em vigor a partir de 2014-03-07
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 377/2007 - Diário da República n.º 216/2007, Série I de 2007-11-09](#)
- Alterado pelo Artigo 54.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01

Artigo 90.º

Médico relator

1. O exame médico inicia-se com a intervenção de médico relator designado pela Caixa, incumbindo-lhe preparar o processo de verificação da incapacidade e elaborar os relatórios clínicos que sirvam de base à deliberação da junta médica.
2. São funções do médico relator, designadamente:
 - a) Verificar se a informação médica recebida está completa e, caso contrário, dar conhecimento do facto ao subscritor;
 - b) Realizar o exame clínico ao subscritor;
 - c) Promover a obtenção dos meios auxiliares de diagnóstico, bem como dos exames e pareceres especializados que considerar necessários;
 - d) Articular-se directamente com os serviços e estabelecimentos de saúde ou médicos que tenham intervindo na situação clínica do subscritor, objecto de verificação de incapacidade, de forma a obter os elementos necessários ao estudo da situação;
 - e) Elaborar um relatório circunstanciado do exame feito com base nos elementos reunidos, organizar o processo clínico do subscritor e submetê-lo à junta médica;
 - f) Propor que da junta médica faça parte perito de determinada especialidade, sempre que tal se mostre conveniente.

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 377/2007 - Diário da República n.º 216/2007, Série I de 2007-11-09](#)
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 214/83 - Diário da República n.º 120/1983, Série I de 1983-05-25](#), em vigor a partir de 1983-05-30

Artigo 91.º

Junta médica

1. A junta médica é composta por três médicos designados pela Caixa, sendo o presidente escolhido entre eles por cooptação.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

2. Compete à junta médica apreciar o processo clínico do subscritor com base nos dados coligidos pelo médico relator e nos demais elementos de diagnóstico constantes do respectivo processo.

3. Os pareceres da junta médica são sempre fundamentados.

4. As orientações técnicas necessárias à actividade do médico relator e ao funcionamento das juntas médicas são asseguradas por um conselho médico, cujas composição e competências são estabelecidas por decreto regulamentar.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 377/2007 - Diário da República n.º 216/2007, Série I de 2007-11-09](#)
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 214/83 - Diário da República n.º 120/1983, Série I de 1983-05-25](#), em vigor a partir de 1983-05-30

Artigo 92.º

Juntas extraordinárias

REVOGADO

Ver todas as alterações

- Revogado pelo Artigo 5.º do [Decreto-Lei n.º 377/2007 - Diário da República n.º 216/2007, Série I de 2007-11-09](#)

Artigo 93.º

Encargos com a apresentação à junta

REVOGADO

Ver todas as alterações

- Revogado pelo Artigo 5.º do [Decreto-Lei n.º 377/2007 - Diário da República n.º 216/2007, Série I de 2007-11-09](#)

Artigo 94.º

Novo exame

REVOGADO

Ver todas as alterações

- Revogado pelo Artigo 57.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01

Artigo 95.º

Junta de recurso

1. O conselho directivo da Caixa pode autorizar a realização de juntas de recurso:

a) Mediante proposta fundamentada dos serviços de que o subscritor dependa, apresentada no prazo de 60 dias;



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

b) Mediante requerimento justificado do subscritor, entregue na Caixa no prazo de 60 dias a contar da notificação do resultado do exame.

2. A junta de recurso é composta por dois médicos designados pela Caixa, que não tenham tido anteriormente intervenção no processo, e por um médico designado pelo requerente, o qual, não sendo designado no prazo que para o efeito for fixado pelo conselho directivo da Caixa, é substituído por um médico designado pela administração regional de saúde territorialmente competente.

3. Compete à junta de recurso apreciar as decisões das juntas médicas relativas à situação dos subscritores.

4. Os pareceres da junta de recurso são sempre fundamentados. 5 - Pela realização da junta de recurso é devida uma taxa, em montante a definir por portaria do ministro responsável pela área das finanças, a pagar pelo requerente, sempre que a decisão lhe seja desfavorável.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 377/2007 - Diário da República n.º 216/2007, Série I de 2007-11-09](#)
- Alterado pelo Artigo único do [Decreto-Lei n.º 101/83 - Diário da República n.º 40/1983, Série I de 1983-02-18](#), em vigor a partir de 1983-02-23
- Rectificado pela [Rectificação - Diário do Governo n.º 11/1973, Série I de 1973-01-13](#), em vigor a partir de 1973-01-01

Artigo 96.º

Elementos médicos complementares

REVOGADO

Ver todas as alterações

- Revogado pelo Artigo 5.º do [Decreto-Lei n.º 377/2007 - Diário da República n.º 216/2007, Série I de 2007-11-09](#)

Artigo 97.º

Resolução final

1. Concluída a instrução do processo, a administração da Caixa, se julgar verificadas as condições necessárias, proferirá resolução final sobre o direito à pensão de aposentação e sobre o montante desta, regulando definitivamente a situação do interessado.

2. Suscitando-se dúvidas sobre matéria que possa influir no montante da pensão, a Caixa fixará provisoriamente as bases do seu cálculo, em conformidade com os dados já apurados e sem prejuízo da sua rectificação em resolução final, uma vez completada a instrução do processo.

Artigo 98.º

Sustação da resolução

Não serão proferidas as resoluções a que se refere o artigo precedente enquanto o subscritor estiver preventivamente suspenso ou afastado do exercício de funções.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Artigo 99.º

Termo do serviço

1. As resoluções a que se refere o artigo 97.º serão desde logo comunicadas aos serviços onde o subscritor exerça funções.
2. O subscritor considera-se desligado do serviço a partir do dia 1 do mês seguinte àquele em que seja comunicada a resolução da Caixa, ficando a aguardar aposentação até ao fim do mês em que seja divulgada a lista dos aposentados com a inclusão do seu nome.
3. Salvo o disposto em lei especial, o subscritor desligado do serviço abre vaga e fica com direito a receber, pela verba destinada ao pessoal fora do serviço aguardando aposentação, pensão transitória de aposentação, fixada de harmonia com a comunicação da Caixa, a partir do dia em que for desligado do serviço.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 13.º do [Decreto-Lei n.º 309/2007 - Diário da República n.º 173/2007, Série I de 2007-09-07](#), em vigor a partir de 2007-09-08
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 100.º

Divulgação da aposentação

1. Concedida a aposentação e fixada a pensão definitiva, inscreve-se o interessado na lista de aposentados a publicar na 2.ª série do Diário da República entre os dias 5 e 10 de cada mês, sem prejuízo da sua divulgação na página electrónica da Caixa, através de ligação para o documento publicado.
2. A mudança de situação resultante do disposto no n.º 3 do artigo 99.º, bem como da aplicação de lei especial naquele referida, é divulgada da mesma forma.
3. Na publicitação a que se referem os números anteriores indica-se o montante global da pensão.

Nota

[Artigo único, Decreto-Lei n.º 108/2003 - Diário da República n.º 129/2003, Série I-A de 2003-06-04](#) Substituída a formalidade referida no n.º 1 do artigo 100.º do Estatuto, pela notificação directa aos interessados e à PT Comunicações, S.A. relativamente aos trabalhadores desta empresa que sejam subscritores da Caixa Geral de Aposentações.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 13.º do [Decreto-Lei n.º 309/2007 - Diário da República n.º 173/2007, Série I de 2007-09-07](#), em vigor a partir de 2007-09-08
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 101.º

Revisão das resoluções

1. As resoluções finais podem, oficiosamente ou mediante requerimento, ser objecto de revisão quando, por facto não imputável ao interessado, tenha havido falta de apresentação, em devido tempo, de elementos de prova relevantes.
2. Os prazos para o interessado requerer a revisão nos casos da alínea a) do número anterior são os referidos no n.º 1 do artigo 104.º



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 54.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01

Artigo 102.º

Revogação e rectificação das resoluções

Sem prejuízo do disposto nos artigos 101.º e 103.º, as resoluções finais só podem ser revogadas ou reformadas por ilegalidade, ou rectificadas por erro de escrita ou de cálculo, nos termos gerais de direito.

Artigo 103.º

Recursos

De quaisquer resoluções definitivas e executórias da administração da Caixa, ou tomadas por delegação sua, haverá recurso contencioso, nos termos gerais.

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 214/83 - Diário da República n.º 120/1983, Série I de 1983-05-25](#), em vigor a partir de 1983-05-30
- Rectificado pela [Rectificação - Diário do Governo n.º 11/1973, Série I de 1973-01-13](#), em vigor a partir de 1973-01-01

Artigo 104.º

Interposição do recurso gracioso

REVOGADO

[Ver todas as alterações](#)

- Revogado pelo Artigo 3.º do [Decreto-Lei n.º 214/83 - Diário da República n.º 120/1983, Série I de 1983-05-25](#), em vigor a partir de 1983-05-30

Artigo 105.º

Não seguimento do recurso

REVOGADO

[Ver todas as alterações](#)

- Revogado pelo Artigo 3.º do [Decreto-Lei n.º 214/83 - Diário da República n.º 120/1983, Série I de 1983-05-25](#), em vigor a partir de 1983-05-30

Artigo 106.º

Reparação e sustentação da resolução

REVOGADO

[Ver todas as alterações](#)

- Revogado pelo Artigo 3.º do [Decreto-Lei n.º 214/83 - Diário da República n.º 120/1983, Série I de 1983-05-25](#), em vigor a partir de 1983-05-30



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Artigo 107.º

Custas do recurso

REVOGADO

[Ver todas as alterações](#)

- Revogado pelo Artigo 3.º do [Decreto-Lei n.º 214/83 - Diário da República n.º 120/1983, Série I de 1983-05-25](#), em vigor a partir de 1983-05-30

Artigo 108.º

Competência para as resoluções

1. Salvo o disposto nos números seguintes, as resoluções da Caixa Geral de Aposentações serão tomadas por 2 administradores.
2. A intervenção do conselho de administração será, todavia, obrigatória nos casos seguintes:
 - a) Se disposição especial o exigir;
 - b) Se o próprio conselho o determinar;
 - c) Se os 2 administradores não chegarem a acordo ou qualquer deles entender que o caso merece ser submetido ao conselho.
3. Podem, porém, os 2 administradores designados para efeitos do n.º 1 delegar os respectivos poderes nos directores, directores-adjuntos ou subdirectores.
4. Os actos que estabeleçam as delegações deverão especificar as matérias ou poderes neles abrangidos e serão publicados no Diário da República.
5. A entidade delegada deverá mencionar essa qualidade nos actos que pratique no uso da delegação.
6. As delegações de competência são revogáveis a todo o tempo, caducam com a substituição do delegante, salvo no caso de impedimento temporário, e não prejudicam o direito de avocação.
7. Os despachos de carácter preparatório podem ser proferidos pelos chefes de serviço, sem prejuízo do direito de avocação pelos directores e subdirectores.
8. Os despachos de mero expediente podem ser proferidos pelos chefes de secção.

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 214/83 - Diário da República n.º 120/1983, Série I de 1983-05-25](#), em vigor a partir de 1983-05-30

Artigo 108.º-A

Recurso hierárquico

REVOGADO

[Ver todas as alterações](#)

- Revogado pelo Artigo 5.º do [Decreto-Lei n.º 377/2007 - Diário da República n.º 216/2007, Série I de 2007-11-09](#)
- Aditado pelo Artigo 2.º do [Decreto-Lei n.º 214/83 - Diário da República n.º 120/1983, Série I de 1983-05-25](#), em vigor a partir de 1983-05-30



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Artigo 109.º

Notificação

1. O interessado será notificado das resoluções preparatórias ou definitivas da Caixa.
2. As notificações previstas no número anterior e quaisquer comunicações são efetuadas, preferencialmente, através da publicação dos atos a notificar na área reservada da página eletrónica da Caixa, denominada CGA Direta, acessível através de autenticação pelos meios disponíveis.
3. A publicação referida no número anterior é anunciada ao subscritor e ao respetivo serviço, se estiver na efetividade, por correio eletrónico e através do serviço de mensagens curtas.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 4.º do [Decreto-Lei n.º 108/2019 - Diário da República n.º 154/2019, Série I de 2019-08-13](#), em vigor a partir de 2019-08-18, produz efeitos a partir de 2019-10-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 214/83 - Diário da República n.º 120/1983, Série I de 1983-05-25](#), em vigor a partir de 1983-05-30

Artigo 110.º

Consulta do processo

Os processos podem ser consultados por advogado com procuração do interessado, durante o prazo para o recurso hierárquico necessário ou para o recurso contencioso.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 214/83 - Diário da República n.º 120/1983, Série I de 1983-05-25](#), em vigor a partir de 1983-05-30

Artigo 111.º

Processos que não sejam de aposentação

1. Regem-se igualmente pelas disposições relativas ao processo de aposentação, na parte aplicável, os demais processos cuja resolução seja da competência da Caixa Geral de Aposentações.
2. O disposto neste capítulo não é aplicável à impugnação de resoluções tomadas pelas instituições de previdência social para os fins da alínea b) do n.º 3 do artigo 53.º

Parte II

Regimes especiais

Capítulo I

Reforma de militares

Artigo 112.º

Âmbito e regime



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

1. Designa-se por reforma a aposentação do pessoal militar do Exército, da Armada, da Força Aérea, da Guarda Fiscal e Guarda Nacional Republicana, bem como a do pessoal civil equiparado por lei especial ou militar para efeitos de reforma.
2. Considera-se equiparado ao pessoal militar referido no número anterior o pessoal da Polícia de Segurança Pública.
3. À matéria de reforma é aplicável o regime geral das aposentações em tudo o que não for contrariado por disposição especial do presente capítulo.

Ver todas as alterações

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 508/75 - Diário do Governo n.º 218/1975, Série I de 1975-09-20](#), em vigor a partir de 1975-09-21

Artigo 113.º

Inscrição de militares

1. Será inscrito na Caixa o pessoal referido no artigo anterior, com excepção do que se encontre a prestar serviço militar obrigatório, nos termos da lei do serviço militar, e dos capelães militares eventuais.
2. Na reforma dos capelães militares titulares atender-se-á ao disposto em lei especial.

Artigo 114.º

Subscritores na reserva

Aos subscritores que passem a receber pensão de reserva continua a ser feito em folha o desconto de quotas para a Caixa sobre o quantitativo da mesma pensão, salvo o disposto no n.º 2 do artigo 117.º

Artigo 115.º

Tempo sem serviço

Contar-se-á para a reforma, mediante a liquidação das quotas respectivas:

- a) Como tempo de subscritor, aquele em que o militar, reintegrado por revisão de processo disciplinar, esteve compulsivamente afastado do serviço;
- b) Aos oficiais médicos, veterinários e farmacêuticos e outros recrutados por exigência legal entre diplomados com curso superior para os quadros permanentes das forças armadas, como acréscimo ao tempo de subscritor, o tempo de duração normal dos respectivos cursos de ensino superior, desde que completem, para efeitos de reforma, quinze anos de serviço activo no respectivo quadro.

Artigo 116.º

Resoluções sobre contagem de tempo

As resoluções sobre contagem de tempo acrescido dos subscritores militares, bem como a forma de desconto das respectivas quotas, serão comunicadas pela Caixa às competentes autoridades militares.

Artigo 117.º

Tempo de serviço na reserva



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

1. Aos militares que, na situação de reserva, prestem serviço em comissão militar ou civil, com pagamento de quotas à Caixa sobre a remuneração auferida, é também contado para a reforma cada ano completo susceptível de influir na melhoria da respectiva pensão de reserva.

2. No caso de exercício de cargo previsto no artigo 122.º, a que corresponda remuneração de montante superior ao da pensão de reserva, a quota devida incidirá apenas sobre essa remuneração.

Artigo 118.º

Casos de reforma

REVOGADO

Ver todas as alterações

- Revogado pelo Artigo 7.º da [Lei n.º 11/2014 - Diário da República n.º 46/2014, Série I de 2014-03-06](#), em vigor a partir de 2014-03-07
- Alterado pelo Artigo 54.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01
- Alterado pelo Artigo único do [Decreto-Lei n.º 241/98 - Diário da República n.º 181/1998, Série I-A de 1998-08-07](#), em vigor a partir de 1998-08-12

Artigo 119.º

Exame médico

REVOGADO

Ver todas as alterações

- Revogado pelo Artigo 57.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01
- Alterado pelo Artigo único do [Decreto-Lei n.º 241/98 - Diário da República n.º 181/1998, Série I-A de 1998-08-07](#), em vigor a partir de 1998-08-12
- Alterado pelo Artigo único do [Decreto-Lei n.º 101/83 - Diário da República n.º 40/1983, Série I de 1983-02-18](#), em vigor a partir de 1983-02-23
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 508/75 - Diário do Governo n.º 218/1975, Série I de 1975-09-20](#), em vigor a partir de 1975-09-21

Artigo 120.º

Passagem da reserva à reforma

1. Na reforma de militares que transitem da situação de reserva, e não reúnam as condições legais para a actualização automática das respectivas pensões de reserva ou não hajam completado os requisitos fixados na lei para a revisão dessas pensões, a remuneração a considerar para os efeitos do artigo 43.º é a que se encontrar estabelecida à data da passagem à reserva, salvo o disposto no n.º 3 do presente artigo. Na determinação da pensão de reforma, aquela remuneração será acrescida das últimas diuturnidades vigentes para os militares de igual posto, graduação e quadro do activo, observando-se ainda as normas estabelecidas para a generalidade dos subscritores da Caixa.

2. Nos restantes casos, as pensões de reforma serão calculadas nos termos que estiverem estipulados para o cálculo de pensões de reserva e demais legislação aplicável.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

3. O disposto no número anterior não prejudica a opção pela pensão correspondente à remuneração dos cargos mencionados no artigo 122.º ou à média decenal prevista no artigo 51.º, desde que se verifiquem as condições exigidas por um ou outro destes preceitos.

4. Os factos anteriores à concessão da pensão de reserva não podem ser considerados para a reforma, se não constarem do processo de passagem à reserva, salvo o caso de contagem de tempo de serviço acrescido ao de subscritor.

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 543/77 - Diário da República n.º 302/1977, Série I de 1977-12-31](#), em vigor a partir de 1974-01-01

Artigo 121.º

Base do cálculo da pensão

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 51.º, o cálculo da pensão de reforma tem por base as remunerações de carácter permanente referidas nos artigos 47.º e 48.º, que correspondam ao último posto no activo.

2. Consideram-se abrangidas nas remunerações a que se refere o n.º 1 as gratificações de serviço de imersão e de serviço de mergulhador recebidas pelo pessoal especializado que tenha servido, respectivamente, nas guarnições dos submarinos ou como mergulhador da Armada, as quais serão tomadas nos quantitativos correspondentes ao último posto em que esse serviço tenha sido prestado, com redução a 80%, arredondada para a centena de escudos imediatamente superior, no caso da gratificação do serviço de imersão.

3. Para o pessoal especializado que tenha servido na Marinha, no Exército e na Força Aérea, à pensão calculada nos termos do n.º 1 será adicionada uma parcela de montante igual à 36.ª parte do montante da gratificação de serviço aéreo, do suplemento de serviço aéreo, da gratificação de serviço pára-quedista ou do suplemento de serviço aerotransportado, no quantitativo correspondente ao último posto em que esse serviço foi prestado, multiplicado pela expressão em anos do número de meses de serviço, incluindo as percentagens legais de aumento, em que foi exercida a actividade inerente ao abono dessa gratificação ou suplemento, considerando-se esse tempo até ao limite de 36 anos e a gratificação ou suplemento até ao quantitativo correspondente ao menor valor atribuído a oficial-general na efectividade de serviço.

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 7.º do [Decreto-Lei n.º 180/94 - Diário da República n.º 148/1994, Série I-A de 1994-06-29](#), produz efeitos a partir de 1994-01-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 75/83 - Diário da República n.º 32/1983, Série I de 1983-02-08](#), em vigor a partir de 1983-02-13

Artigo 122.º

Pensão com base em outro cargo

O militar dos quadros permanentes que esteja a exercer continuamente, nos últimos dois anos, cargo considerado de comissão normal pela legislação militar ou, a título definitivo, cargo civil poderá optar pela pensão de reforma que corresponda à remuneração permanente de qualquer desses cargos, desde que os mesmos confirmem direito de aposentação.

Artigo 123.º

Remunerações mínimas



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

REVOGADO

[Ver todas as alterações](#)

- Revogado pelo Artigo 57.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 182/84 - Diário da República n.º 123/1984, Série I de 1984-05-28](#)

Artigo 124.º

Redução da pensão

A pensão será reduzida de acordo com o disposto no artigo 56.º somente no caso de mudança de situação imposta nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 118.º

Artigo 125.º

Separação de serviço

Os militares separados do serviço estão sujeitos às restrições estabelecidas pelas leis militares para essa situação.

Artigo 126.º

Pensão transitória

A pensão transitória de reforma a que se refere o artigo 99.º será paga, a partir da data do facto que a determina, pela verba por que é abonado o militar, independentemente da comunicação prevista no mesmo artigo.

Capítulo II

Pensão de invalidez de militares

Artigo 127.º

Fundamento da pensão

REVOGADO

[Ver todas as alterações](#)

- Revogado pelo Artigo 57.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01

Artigo 128.º

Fixação da pensão

REVOGADO

[Ver todas as alterações](#)

- Revogado pelo Artigo 57.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01
- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 182/84 - Diário da República n.º 123/1984, Série I de 1984-05-28](#)



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Artigo 129.º

Processo

REVOGADO

[Ver todas as alterações](#)

- Revogado pelo Artigo 57.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01

Artigo 130.º

Pagamento da pensão

REVOGADO

[Ver todas as alterações](#)

- Revogado pelo Artigo 57.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01

Artigo 131.º

Situação do beneficiário

REVOGADO

[Ver todas as alterações](#)

- Revogado pelo Artigo 57.º do [Decreto-Lei n.º 503/99 - Diário da República n.º 271/1999, Série I-A de 1999-11-20](#), em vigor a partir de 2000-05-01

Parte III

Disposições finais e transitórias

Artigo 132.º

Vigência e aplicação do Estatuto

1. O presente Estatuto entra em vigor em 1 de Janeiro de 1973 e é aplicável, sem prejuízo do disposto no artigo 43.º, aos processos pendentes. 2. No caso de alteração de prazos em curso, observar-se-á o disposto na lei civil.

Artigo 133.º

Subsistência de resoluções

1. Não são prejudicadas pelo disposto neste diploma as resoluções através das quais a Caixa haja reconhecido direitos de inscrição ao abrigo do Decreto-Lei n.º 46307, de 27 de Abril de 1965, e bem assim as liquidações de quotas, juros, indemnizações e outros encargos já descontados em folha pelos serviços competentes ou que tenham sido objecto de resolução da mesma Caixa embora não esteja ainda iniciado o respectivo pagamento.
2. Subsiste igualmente inscrição dos subscritores exonerados dos seus cargos, que se haja mantido por virtude do disposto no artigo 187.º do Decreto-Lei n.º 35108, de 7 de Novembro do 1945.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Artigo 134.º

Subsistência da quota anterior

A quota dos subscritores inscritos anteriormente a 1 de Outubro de 1954 mantém-se em 5 por cento, se a sua remuneração base não excede 1200\$00 por mês.

Artigo 135.º

Quota anterior de militares na reserva

Os militares na situação de reserva continuam sujeitos ao desconto, quando devido, da quota de 4 por cento, relativamente ao tempo de serviço anterior à data da elevação dessa taxa, se a respectiva pensão tiver sido definitivamente fixada antes da mesma data.

Artigo 136.º

Acréscimo à pensão de reforma

1. A pensão de reforma é acrescida de 0,14 por cento relativamente a cada período de trinta dias de serviço prestado em campanha ou no ultramar, até à data em que foi imposta a obrigação legal de desconto de quotas para a Caixa.

2 - O acréscimo não excederá, todavia, 25% da remuneração considerada para o cálculo da pensão e o total desta não poderá ultrapassar o montante da que caberia ao subscritor com base em 36 anos de serviço.

[Ver todas as alterações](#)

- Alterado pelo Artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 191-A/79 - Diário da República n.º 144/1979, 1º Suplemento, Série I de 1979-06-25](#), em vigor a partir de 1979-07-01

Artigo 137.º

Abono dos aposentados em serviço

O disposto no artigo 79.º não prejudica o regime de abonos dos aposentados que à data da entrada em vigor do presente diploma já se encontram em exercício de funções.

Artigo 138.º

Dedução no pagamento de obras públicas

REVOGADO

[Ver todas as alterações](#)

- Revogado pelo Artigo 14.º do [Decreto-Lei n.º 18/2008 - Diário da República n.º 20/2008, Série I de 2008-01-29](#), em vigor a partir de 2008-07-30

Artigo 139.º

Contribuição do Estado para a Caixa

O Estado contribuirá anualmente para a Caixa Geral de Aposentações com a quantia necessária para assegurar o equilíbrio financeiro da instituição, inscrevendo a verba respectiva no orçamento de despesa do Ministério das Finanças.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Artigo 140.º

Dívidas dos corpos administrativos

As dívidas dos corpos administrativos à Caixa Geral de Aposentações quando não sejam satisfeitas voluntariamente, serão cobradas, a requisição da mesma Caixa, através da Direcção-Geral da Fazenda Pública, por meio de desconto nas percentagens adicionais às e impostos do Estado.

Artigo 141.º

Legislação revogada

1. Ficam revogados, a partir da data da entrada em vigor do presente estatuto:

a) O Decreto n.º 16669, de 27 de Março de 1929; o Decreto n.º 19468, de 16 de Março de 1931; o Decreto n.º 21890, de 22 de Novembro de 1932, com excepção do corpo do artigo 1.º, das alíneas a) e b) do artigo 2.º e do artigo 3.º; o Decreto-Lei n.º 24824, de 29 de Dezembro de 1934; o Decreto-Lei n.º 25866, de 21 de Setembro de 1935; o Decreto-Lei n.º 26503, de 6 de Abril de 1936; o Decreto n.º 26880, de 13 de Agosto de 1936; o Decreto-Lei n.º 27586, de 18 de Março de 1937; o Decreto-Lei n.º 30913, de 23 de Novembro de 1940; o Decreto-Lei n.º 31672, de 22 de Novembro de 1941; o Decreto-Lei n.º 32691, de 20 de Fevereiro de 1943, com excepção dos artigos 20.º e seu § 2.º, 21.º, 22.º, na parte relativa ao Montepio dos Servidores do Estado, 24.º e seguintes; o Decreto-Lei n.º 33477, de 30 de Dezembro de 1943; o Decreto-Lei n.º 33540, de 21 de Fevereiro de 1944; o Decreto-Lei n.º 36610, de 24 de Novembro de 1947, com excepção do artigo 13.º, na parte relativa ao Montepio dos Servidores do Estado, do corpo do artigo 17.º e dos artigos 18.º, 22.º, na parte respeitante ao mesmo Montepio, 25.º e 26.º; o Decreto-Lei n.º 37618, de 17 de Novembro de 1949; o Decreto-Lei n.º 38385, de 8 de Agosto de 1951; os artigos 12.º o 13.º do Decreto-Lei n.º 38523, de 23 de Novembro de 1951; o Decreto-Lei n.º 39843, de 7 de Outubro de 1954, com excepção do artigo 5.º, do n.º 3 do artigo 6.º e dos artigos 7.º e 10.º; o Decreto-Lei n.º 41387, de 22 de Novembro de 1957; o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 42880, de 21 de Março de 1960, na parte respeitante ao pessoal que seja subscritor da Caixa; o Decreto-Lei n.º 45684, de 27 de Abril de 1964, com excepção do artigo 4.º e seu § 2.º e artigos seguintes; o Decreto-Lei n.º 46046, de 27 de Novembro de 1964;

b) As leis gerais e especiais anteriores sobre as matérias abrangidas pelas disposições deste Estatuto, com ressalva da legislação especial a que nas mesmas disposições se faça referência.

2. Mantêm-se em vigor os preceitos especiais sobre a aplicação sucessiva de diferentes regimes de aposentação, nomeadamente quanto à contagem de tempo de serviço, à dispensa do pagamento das respectivas quotas e ao regime decorrente da responsabilidade e das autarquias locais e outras entidades por encargos com a aposentação do seu pessoal.

Artigo 142.º

Modificações ao Estatuto

1. As disposições que de futuro se publicarem sobre matéria abrangida no presente Estatuto deverão, depois de ouvida, a administração da Caixa, ser nele inseridas no lugar próprio, por substituição, supressão ou adição dos respectivos preceitos.

2. As taxas mencionadas no n.º 1 do artigo 93.º, no n.º 2 do artigo 95.º, no n.º 3 do artigo 104.º e no n.º 2 do artigo 107.º poderão ser revistas mediante portaria do Ministro das Finanças.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Artigo 143.º

Resolução genérica de dúvidas

Compete ao Ministro das Finanças, ouvida a administração da Caixa ou mediante proposta fundamentada desta, resolver, por despacho genérico, as dúvidas que se suscitarem na aplicação do presente diploma ou de quaisquer preceitos legais sobre matéria de aposentações.



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

INDICE

Diploma do Estatuto da Aposentação

Parte I - Regime geral

Capítulo I - Inscrição

- Artigo 1.º - Direito de Inscrição
- Artigo 2.º - Manutenção de anterior direito
- Artigo 3.º - Modo de inscrição
- Artigo 4.º - Idade máxima e totalização de períodos contributivos
- Artigo 5.º - Quota para a aposentação
- Artigo 6.º - Incidência da quota
- Artigo 6.º-A - Contribuições
- Artigo 6.º-B - Base de incidência contributiva
- Artigo 7.º - Relação contributiva
- Artigo 8.º - Entrega de valores
- Artigo 9.º - Funcionamento
- Artigo 10.º - Pagamento direto da quota
- Artigo 11.º - Comissão e serviço militar
- Artigo 12.º - Comissão no ultramar
- Artigo 13.º - Regularização e pagamento de quotas
- Artigo 14.º - Isenção de quotas por tempo contado para a aposentação ultramarina
- Artigo 15.º - Dispensa de quotas por tempo de contribuição para a Previdência
- Artigo 16.º - Pagamento de quotas em dívida
- Artigo 17.º - Custas ou despesas a liquidar com a quota
- Artigo 18.º - Desconto de encargos na pensão
- Artigo 19.º - Parte devida a outras entidades
- Artigo 20.º - Extinção da responsabilidade
- Artigo 21.º - Restituição e retenção
- Artigo 22.º - Eliminação do subscritor
- Artigo 23.º - Cadastro do subscritor

Capítulo II - Tempo de serviço

- Artigo 24.º - Tempo do subscritor
- Artigo 25.º - Tempo acrescido
- Artigo 25.º-A - Contagem do tempo de serviço militar obrigatório
- Artigo 26.º - Tempo sem serviço e tempo parcial
- Artigo 27.º - Tempo não contável
- Artigo 28.º - Pagamento de quotas como condição de contagem de tempo
- Artigo 29.º - Pedido de contagem
- Artigo 30.º - Restrição da contagem
- Artigo 31.º - Acumulação de cargos
- Artigo 32.º - Manutenção do direito à contagem
- Artigo 33.º - Limites da contagem
- Artigo 34.º - Processo de contagem

Capítulo III - Direito de aposentação

- Artigo 35.º - Fundamento do direito de aposentação



Estatuto de Aposentação

- Artigo 36.º - Formas de aposentação
- Artigo 37.º - Condições de aposentação
- Artigo 37.º-A - Aposentação antecipada
- Artigo 37.º-B - Aposentação por carreira longa
- Artigo 38.º - Aposentação extraordinária
- Artigo 38.º-A - Tratamento mais favorável
- Artigo 39.º - Aposentação voluntária
- Artigo 40.º - Aposentação de antigo subscritor
- Artigo 41.º - Aposentação obrigatória por incapacidade ou por limite de idade
- Artigo 42.º - Aposentação compulsiva
- Artigo 43.º - Regime da aposentação
- Artigo 44.º - Cargo pelo qual se verifica a aposentação
- Artigo 45.º - Concorrência de cargos

Capítulo IV - Pensão de aposentação

- Artigo 46.º - Direito à pensão
- Artigo 47.º - Remuneração mensal
- Artigo 48.º - Remunerações a considerar
- Artigo 49.º - Subscritores em serviço militar
- Artigo 50.º - Sucessão de cargos
- Artigo 51.º - Regimes especiais
- Artigo 52.º - Subscritores em serviço nos organismos de coordenação económica e na administração ultramarina
- Artigo 53.º - Cálculo da pensão
- Artigo 54.º - Pensão de aposentação extraordinária
- Artigo 55.º - Pensão equiparada à extraordinária
- Artigo 56.º - Redução da pensão
- Artigo 57.º - Deduções na pensão
- Artigo 58.º - Alteração da pensão
- Artigo 59.º - Atualização de pensões
- Artigo 60.º - Indemnização de acidente ou facto equiparado
- Artigo 61.º - Responsabilidade de terceiros
- Artigo 62.º - Direitos da Caixa
- Artigo 63.º - Atribuição dos encargos da aposentação
- Artigo 63.º-A - Encargos com pensões da CGA, I. P.
- Artigo 64.º - Pagamento da pensão
- Artigo 65.º - Suplementos à pensão
- Artigo 66.º - Habilitação de herdeiros
- Artigo 67.º - Acumulação de pensões
- Artigo 68.º - Prescrição de pensões
- Artigo 69.º - Arquivo de documentos
- Artigo 70.º - Penhora de pensões
- Artigo 71.º - Suspensão de pensão
- Artigo 72.º - Perda do direito à pensão
- Artigo 72.º-A - Estorno de valores pagos após o óbito

Capítulo V - Situação de aposentação

- Artigo 73.º - Passagem à aposentação
- Artigo 74.º - Direitos e deveres do aposentado
- Artigo 75.º - Sustação do abono de pensão
- Artigo 76.º - Penas disciplinares
- Artigo 77.º - Penas criminais
- Artigo 78.º - Incompatibilidades
- Artigo 79.º - Cumulação de pensão e remuneração



Estatuto de Aposentação

- Artigo 80.º - Nova aposentação e revisão da pensão
- Artigo 81.º - Contagem de tempo aos ex-aposentados
- Artigo 82.º - Extinção da aposentação
- Artigo 83.º - Prestações por morte

Capítulo VI - Processo de aposentação

- Artigo 84.º - Instauração do processo
- Artigo 85.º - Cadastro e contagens
- Artigo 86.º - Prova das condições para a aposentação
- Artigo 87.º - Prova do tempo de serviço
- Artigo 88.º - Suprimento da prova de tempo de serviço
- Artigo 89.º - Exame médico
- Artigo 90.º - Médico relator
- Artigo 91.º - Junta médica
- Artigo 92.º - Juntas extraordinárias
- Artigo 93.º - Encargos com a apresentação à junta
- Artigo 94.º - Novo exame
- Artigo 95.º - Junta de recurso
- Artigo 96.º - Elementos médicos complementares
- Artigo 97.º - Resolução final
- Artigo 98.º - Sustação da resolução
- Artigo 99.º - Termo do serviço
- Artigo 100.º - Divulgação da aposentação
- Artigo 101.º - Revisão das resoluções
- Artigo 102.º - Revogação e retificação das resoluções
- Artigo 103.º - Recursos
- Artigo 104.º - Interposição do recurso gracioso
- Artigo 105.º - Não seguimento do recurso
- Artigo 106.º - Reparação e sustentação da resolução
- Artigo 107.º - Custas do recurso
- Artigo 108.º - Competência para as resoluções
- Artigo 108.º-A - Recurso hierárquico
- Artigo 109.º - Notificação
- Artigo 110.º - Consulta do processo
- Artigo 111.º - Processos que não sejam de aposentação

Parte II - Regimes especiais

Capítulo I - Reforma de militares

- Artigo 112.º - Âmbito e regime
- Artigo 113.º - Inscrição de militares
- Artigo 114.º - Subscritores na reserva
- Artigo 115.º - Tempo sem serviço
- Artigo 116.º - Resoluções sobre contagem de tempo
- Artigo 117.º - Tempo de serviço na reserva
- Artigo 118.º - Casos de reforma
- Artigo 119.º - Exame médico
- Artigo 120.º - Passagem da reserva à reforma
- Artigo 121.º - Base do cálculo da pensão
- Artigo 122.º - Pensão com base em outro cargo
- Artigo 123.º - Remunerações mínimas
- Artigo 124.º - Redução da pensão
- Artigo 125.º - Separação de serviço
- Artigo 126.º - Pensão transitória



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Estatuto de Aposentação

Capítulo II - Pensão de invalidez de militares

- Artigo 127.º - Fundamento da pensão
- Artigo 128.º - Fixação da pensão
- Artigo 129.º - Processo
- Artigo 130.º - Pagamento da pensão
- Artigo 131.º - Situação do beneficiário

Parte III - Disposições finais e transitórias

- Artigo 132.º - Vigência e aplicação do Estatuto
- Artigo 133.º - Subsistência de resoluções
- Artigo 134.º - Subsistência da quota anterior
- Artigo 135.º - Quota anterior de militares na reserva
- Artigo 136.º - Acréscimo à pensão de reforma
- Artigo 137.º - Abono dos aposentados em serviço
- Artigo 138.º - Dedução no pagamento de obras públicas
- Artigo 139.º - Contribuição do Estado para a Caixa
- Artigo 140.º - Dívidas dos corpos administrativos
- Artigo 141.º - Legislação revogada
- Artigo 142.º - Modificações ao Estatuto
- Artigo 143.º - Resolução genérica de dúvidas

FICHA TÉCNICA

Título

ESTATUTO DE APOSENTAÇÃO

Edição

SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Rua João da Silva n.º 24 A

1900-271 Lisboa PT

sfj@sfj.pt – www.sfj.pt

Autor

Manuel Sousa

ISBN - 978-972-99402-7-9